

FORTALECENDO A GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL QUILOMBOLA NO CERRADO E NA MATA ATLÂNTICA

Territórios, Ações e Resultados

Contribuições quilombolas para a conservação, segurança hídrica e clima, com foco em governança, produção de base comunitária e direitos territoriais



APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta um panorama detalhado de 17 territórios quilombolas localizados nos biomas Cerrado e Mata Atlântica, articulando aspectos históricos, diagnósticos territoriais e ambientais, práticas culturais e produtivas, além das principais ameaças, desafios, ações realizadas e perspectivas futuras. Mais do que um levantamento técnico, esta publicação é fruto de um processo coletivo conduzido por uma equipe majoritariamente quilombola, composta por lideranças e representantes das próprias comunidades. Essa autoria garante que os conteúdos reflitam os saberes, vivências e prioridades dos territórios, fortalecendo a legitimidade e a potência política.

Organizada para subsidiar processos de titulação, governança comunitária, restauração ecológica e produção sustentável, este documento evidencia o papel estratégico das comunidades quilombolas na mitigação das mudanças climáticas, na segurança hídrica e na conservação da biodiversidade. Ao conjugar conhecimentos ancestrais com práticas contemporâneas, os territórios reafirmam seu protagonismo na construção de alternativas para um futuro mais justo, diverso e sustentável.

Territórios contemplados

BA (Quilombo Jericó), CE (Quilombo Queimadas), ES (Quilombos São Pedro e Serraria/São Cristóvão), GO (Quilombo Mesquita), MA (Quilombos Peixes e Saco das Almas), MG (Quilombos Carrapatos da Tabatinga e Cachoeira dos Forros), MT (Quilombos Mata Cavalo de Cima e Mutuca), PB (Quilombos Gurugi e Negra de Ipiranga), RJ (Quilombo Campinho da Independência), RS (Quilombo Armada), SP (Quilombos Caçandoca e São Pedro – Vale do Ribeira).

Reconhecimento e titulação

Formação comunitária, ATER diferenciada, pactos de uso e proteção de APPs, planos de restauração, arranjos produtivos de baixo carbono, turismo de base comunitária e compras públicas.

Aplicações

Reconhecimento e titulação; gestão territorial e ambiental; fortalecimento socioproductivo; salvaguardas socioculturais; incidência e proteção de direitos.

Agradecimentos

Agradecemos as comunidades e associações locais, lideranças e juventudes, redes parceiras e equipes de campo que contribuíram para oficinas, mapeamentos e validações.



Ficha Técnica

Título:

Fortalecendo a Gestão Territorial e Ambiental Quilombola no Cerrado e na Mata Atlântica – Sistematização dos Territórios, Ações e Resultados.

Projeto:

FGTAQ – Fortalecendo a Gestão Territorial e Ambiental Quilombola no Cerrado e Mata Atlântica.

Realização:

CONAQ – Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas

Correalização/Financiamento:

CLARIFI(mecanismo liderado por RRI e Campaign for Nature)

Coordenação executiva geral:

Arlson Ventura
Fábio Fernando de Sousa
Florisvaldo Rodrigues da Silva
Ivo Fonseca Silva
Jose Andrey dos Santos Cardoso
José Silvano Silva Santos
Laura Ferreira da Silva
Maria Isabel Cabral da Silva
Maria Rosalina dos Santos
Nubia Cristina Santana de Souza
Rejane Maria de Oliveira
Sandra Pereira Braga
Xifronezi Santos

Coordenação administrativa:

Célia Cristina da Silva da S. Pinto
Kátia Penha
Sandra Maria de Andrade
Johnny Martins de Jesus

Equipe técnica do projeto:

Alessandra Rangel de Oliveira
Célia Cristina da S. Pinto
Hilton Lucas G. Durão
Kátia Penha
Mylena Pereira da Cruz
Marielly G. Nunes Pereira

Consultoria de Georreferenciamento:

Francisco Chagas

Sistematização e texto:

Felipe Serejo Martins Ribeiro
Lucas Corrêa Mendes

Articuladores Estaduais:

Débora Stefany
Edinete Melo
Gediana Caetano
Isabel Cristina
Iolanda Silva
Ivone Bernardo
Jacira Costa
José Alex
Matheus Braga
Neimar Lourenço
Yrones Lima

Revisão técnica:

Felipe Serejo Martins Ribeiro
Lucas Corrêa Mendes
Dyana Pereira

Design gráfico e infografia:

Carolina Albuquerque

Organizadores:

Alessandra Rangel de Oliveira
Célia Cristina da S. Pinto
Felipe Serejo Martins Ribeiro
Lucas Corrêa Mendes
Hilton Lucas G. Durão
Kátia Penha
Mylena Pereira da Cruz
Marielly G. Nunes Pereira

Fotografias/ilustrações:

Carolina Albuquerque
Hilton Lucas G. Durão
Mylena Pereira da Cruz
Marielly G. Nunes Pereira
Yrones Lima

Parcerias locais:

Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN - MA)
Federação das Comunidades Quilombolas do Rio Grande do Sul (FACRQ/RS)
Instituto Socio Ambiental (ISA).

Impressão:

Copy Center
Tiragem: 50 Unidades

Local e data:

Brasília/DF, 2025

Contato:

e-mail: conaqadm@gmail.com
site: conaq.org.br

CONAQ – Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas.

Fortalecendo a gestão territorial e ambiental quilombola no Cerrado e na Mata Atlântica: sistematização dos territórios, ações e resultados / organização Kátia Penha, Célia Cristina da S. Pinto, Hilton Lucas G. Durão et al. – 1. ed. – Brasília, DF: Copy Center, 2025.

86 p. : il.

ISBN 978-65-01-91257-8

1. Comunidades quilombolas – Gestão territorial. 2. Gestão ambiental. 3. Territórios tradicionais.

I. Fortalecendo a gestão territorial e ambiental quilombola no Cerrado e na Mata Atlântica

CDU: 504:323.119(81)

SUMÁRIO

01

Introdução
Página 05

02

O que é Gestão
Territorial e Ambiental
Quilombola?
Página 06

03

Linha do Tempo:
Raízes que resistem,
territórios que lutam.
Página 07

04

Histórico do
projeto FGTAQ
Página 10

05

Quilombos nos
Biomos Cerrado
e Mata Atlântica
Página 11

06

Apresentação
dos Territórios,
Ações e Resultados
Página 12

07

Bahia.
Quilombo Jericó
(Wenceslau Guimarães, BA)
Página 14

08

Ceará.
Quilombo Queimadas
(Cratos, CE)
Página 17

09

Espirito Santo.
Quilombo São Pedro
(Santa Tereza/
Fundão/Ibiraçu, ES)
Página 20

10

Espirito Santo.
Quilombo Serraria
e São Cristovão
(São Mateus, ES)
Página 22

11

Goiás.
Quilombo Mesquita
(Cidade Ocidental, GO)
Página 25

12

Maranhão.
Quilombo Peixes
(Colinas, MA)
Página 28

13

Maranhão.
Quilombo Saco
das Almas
(Brejo, MA)
Página 30

14

Mato Grosso.
Quilombo Mata
Cavalo de Cima
(Nossa Senhora do
livramento, MT)
Página 33

15

Mato Grosso.
Quilombo Mutuca
(Nossa Senhora do
Livramento, MT)
Página 35

16

Minas Gerais.
Quilombo Cachoeira
dos Forros(Passa
Tempo, MG)
Página 38

17

Minas Gerais
Quilombo Carrapatos
da Tabatinga (Bom
Despacho, MG)
Página 40

18

Paraíba.
Quilombo Gurugi
(Conde, PB)
Página 43

19

Paraíba.
Quilombo Negra
de Ipiranga (Conde, PB)
Página 45

20

Rio de Janeiro.
Quilombo Campinho
da Independência
(Paraty, RJ)
Página 48

21

Rio Grande do Sul.
Quilombo Armada
(Canguru, RS)
Página 51

22

São Paulo.
Quilombo Caçandoca
(Ubatuba, SP)
Página 54

23

São Paulo.
Quilombo São Pedro
(Eldorado/Iporanga, SP)
Página 56

24

Tamanho, uso e
preservação dos
territórios.
Página 58

25

Desafios
Nacionais
Página 75

26

Contribuições para
Mitigação das Mudanças
Climáticas
Página 78

27

Apêndice A.
Papel da Litigância
Ambiental e Quilombola
Página 82



INTRODUÇÃO

A história das comunidades quilombolas no Brasil é, antes de tudo, uma história de resistência e de cuidado com a terra. Desde os primeiros quilombos formados em meio ao Sistema Escravocrata, esses territórios se tornaram verdadeiros espaços de liberdade, autonomia e preservação ambiental. Detêm conhecimentos, tecnologia, inovação e práticas próprias construídas em harmonia com o território e transmitidas de geração para geração. A convivência equilibrada com a natureza, os modos de produção sustentáveis e o manejo tradicional dos recursos naturais fazem parte da identidade quilombola e contribuem, até hoje, para a conservação da sociobiodiversidade brasileira.

Nas últimas décadas, essa trajetória de luta por reconhecimento e direitos se articulou às agendas globais de justiça climática e transição ecológica justa, vem reafirmando o papel das comunidades quilombolas como guardiãs dos biomas e do clima.

Nesse contexto, nasceu o projeto “Fortalecendo a Gestão Territorial e Ambiental Quilombola (FGTAQ) nos biomas do Cerrado e da Mata Atlântica”, fruto de um processo de diálogo entre comunidades quilombolas de todo o país sobre gestão territorial e ambiental. Esse diálogo coletivo contribuiu para a elaboração de ferramentas voltadas a desenvolver, implementar e aperfeiçoar a gestão territorial, reforçando a segurança da posse dos territórios e promovendo, de forma sustentável, a biodiversidade e os sistemas agrícolas tradicionais. O projeto é uma ação colaborativa entre a CONAQ e o Fundo Internacional Comunitário de Direitos Terrestres e Financiamento para Conservação (CLARIFI), liderado pela organização Direitos e Recursos (RRI).

Este material busca apresentar, as vivências, práticas, memórias e aprendizados acumulados ao longo da implementação do projeto “Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental Quilombola (FGTAQ)”, realizado nos biomas do Cerrado e da Mata Atlântica, com base nos fundamentos da PNGTAQ, fortalecendo as experiências já existentes nos territórios de gestão territorial e ambiental através das práticas tradicionais, que constituem a base de sua identidade e ao mesmo tempo evidenciando como a luta quilombola se integra às agendas ambientais globais



O QUE É GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL QUILOMBOLA?

A gestão territorial e ambiental quilombola pode ser compreendida como um planejamento coletivo, elaborado pela própria comunidade, com o objetivo de organizar, utilizar e preservar o território de maneira sustentável. Essas ações determinam a forma única que cada comunidade se relaciona com a terra, tanto no aspecto material quanto no simbólico. Em outras palavras, a autogestão do território é fundamental para a produtividade local, a preservação das tradições culturais, a estruturação social, a geração de renda e a sustentabilidade do ambiente, prevenindo impactos negativos, especialmente os ambientais, que possam afetar atividades como o extrativismo, a agricultura familiar e o acesso à água pelas famílias.

Além de permitir que cada comunidade defina suas próprias formas de interagir com o território, a autogestão é o primeiro passo para a delimitação do território reconhecido pela comunidade como pertencente a ela por direito. Esse processo é essencial para que, independentemente das ações do governo na regularização fundiária, a comunidade tenha a autonomia de identificar seus limites territoriais e reconhecer os espaços que fazem parte da sua história e do seu processo de ocupação.

Dessa maneira, também se trabalha com a comunidade em aspectos relacionados aos seus valores, identidade e marcos históricos, os quais estão profundamente ligados à resistência e à escravização de seus antepassados.



Os principais aspectos da gestão territorial e ambiental quilombola são:



- Acesso a políticas públicas • Transmissão de saberes tradicionais •
- Sustentabilidade econômica • Autonomia comunitária •
- Direitos a terra • Preservação ambiental •

LINHA DO TEMPO

Raízes que resistem,
territórios que lutam

Apresenta a evolução histórica dos processos de luta, mobilização comunitária, conquistas jurídicas e incidências políticas, no período de 1980 a 2025.

1980

- Comunidades negras rurais se organizam nas regiões em busca de reconhecimento e garantir seus direitos territoriais

1988

- Constituição Federal (Art. 68 do ADCT) reconhece os quilombolas como sujeitos de direito e estabelece que o Estado deve emitir títulos definitivos de propriedade das terras tradicionalmente ocupadas. Ela reconhece também a importância da cultura quilombola para o patrimônio brasileiro.

2003

- Decreto 4.886: Institui a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial.
- Decreto 4.887: Regulamenta o procedimento para reconhecimento, delimitação e titulação dos territórios quilombolas.

2004-2007

- Convenção 169 da OIT promulgada no Brasil (2004).
- Criação do Programa Brasil Quilombola- (PBQ) (2004) e institucionalizado em 2007, com a assinatura do Decreto nº 6.261.
- Criação da Agenda Social Quilombola (2007).
- Decreto 6.040: Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.



1992

- Criação da Reserva Extrativista do Quilombo Frechal (MA).

1995

Emissão do primeiro título federal para o território Quilombola de Boa Vista (PA).

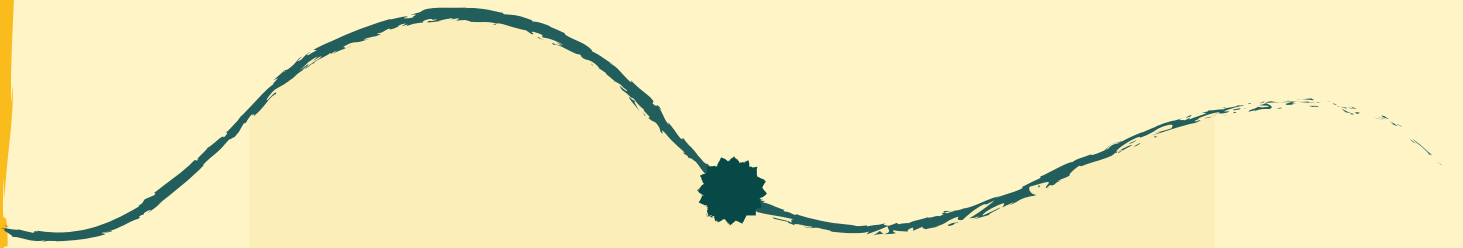
- O movimento quilombola inicia sua trajetória em âmbito estadual e nacional e passa a ter visibilidade política.
- Fundação da CONAQ no II Encontro Nacional de Comunidades Negras Rurais Quilombolas, em Bom Jesus da Lapa (BA)

2013

- Criação do Grupo de Trabalho Interministerial (Portaria 429/2013) para instituir a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola (PNGTAQ)

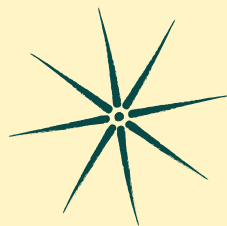
2015-2017

- Oficinas nacionais e territoriais para elaboração das diretrizes da PNGTAQ.
- Supremo Tribunal Federal (STF) vota pela constitucionalidade do Decreto nº 4.887/2003



2023-2025

- Decreto nº 11.786/2023 de criação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola (PNGTAQ).
- CONAQ inicia a execução do Projeto “Fortalecendo a Gestão Territorial e Ambiental” nos biomas Cerrado e Mata Atlântica (2023–2025), com ações para capacitação, governança e sustentabilidade nos territórios com apoio (CLARIFAI e RRI).
- Publicação da Portaria Interministerial MIR/MINC/MDHC/MJSP/MDA nº 6, de 9 de maio de 2025, institui o comitê gestor da PNGTAQ.
- Portaria Conjunta MIR/MDA/Incra nº 1/2025 que estabelece Plano de Ação da Agenda Nacional de Titulação Quilombola.
- Pela primeira vez quilombolas dialogam sobre o tema da gestão territorial e ambiental quilombola no âmbito da COP 30 em Belém-PA.



HISTÓRICO DO PROJETO FGTAQ

O Projeto Fortalecendo a Gestão Territorial e Ambiental Quilombola (FGTAQ) é uma iniciativa colaborativa entre a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) e o Fundo Internacional de Direitos Terrestres e Financiamento para Conservação (CLARIFI), liderado pelo Rights and Resources Initiative (RRI). Seu objetivo principal é fortalecer as comunidades quilombolas do Cerrado e da Mata Atlântica, capacitando-as a desenvolver, implementar e aperfeiçoar ferramentas de gestão territorial e ambiental. A iniciativa visa, sobretudo, reforçar a segurança da posse dos territórios quilombolas, incrementando a gestão sustentável da biodiversidade e dos sistemas agrícolas tradicionais.

O projeto foi implementado em 11 estados da federação, envolvendo 17 comunidades quilombolas: na Bahia, o quilombo Jericó; no Ceará, o quilombo Queimadas; no Espírito Santo, os quilombos São Pedro e Serraria/São Cristóvão; em Goiás, o quilombo Mesquita; no Maranhão, os quilombos Peixes e Saco das Almas; em Minas Gerais, os quilombos Carrapatos da Tabatinga e Cachoeira dos Forros; no Mato Grosso, os quilombos Mata Cavalo de Cima e Mutuca; na Paraíba, os quilombos Gurugi e Negra de Ipiranga; no Rio de Janeiro, o quilombo Campinho da Independência; no Rio Grande do Sul, o quilombo Armada; e, em São Paulo os quilombos Caçandoca e São Pedro – Vale do Ribeira.

O Cerrado e a Mata Atlântica, territórios de implementação do projeto, estão entre os biomas mais impactados pelo avanço do desmatamento, do agronegócio, da mineração e de outras formas de exploração predatória. Em contrapartida, os territórios quilombolas resistem como verdadeiras ilhas de floresta e diversidade, preservando práticas sustentáveis de uso da terra e cuidando da fauna e da flora com respeito e conhecimento tradicional.

O projeto FGTAQ se baseia nos cinco eixos da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola (PNGTAQ) que é uma conquista histórica do movimento quilombola, resultado de mais de uma década de mobilizações lideradas pela CONAQ e diversos outros atores, como o governo, as comunidades e organizações parceiras. O objetivo central da PNGTAQ é implementar políticas públicas integradas nas áreas de geração de renda, saúde, agricultura, cultura, entre outras, com ênfase na autonomia das comunidades quilombolas para definir suas próprias prioridades de desenvolvimento.

QUILOMBOS NOS BIOMAS CERRADOS E MATA ATLÂNTICA

Os biomas Cerrado e Mata Atlântica são dois dos ecossistemas mais importantes do Brasil, tanto pela sua biodiversidade quanto pelo papel que desempenham na manutenção dos modos de vida das comunidades quilombolas.

No Cerrado, bioma que abriga 77 territórios quilombolas oficialmente delimitados (IBGE, 2023), as transformações no uso da terra têm sido intensas nas últimas décadas. Entre 1985 e 2024, a área destinada à agropecuária aumentou mais de 157%, com a perda de cerca de 45 mil hectares de floresta nativa. Essa expansão representa uma das maiores pressões sobre os territórios quilombolas, que sofrem com invasões, desmatamentos e a lentidão nos processos de titulação. Apesar disso, os quilombos seguem como importantes barreiras à degradação ambiental, mantendo grandes porções de vegetação nativa e contribuindo para a conservação da biodiversidade e dos recursos hídricos.

Já na Mata Atlântica, onde existem 138 territórios quilombolas delimitados (IBGE, 2023), o cenário é de relativa estabilidade. Entre 1985 e 2024, a cobertura florestal teve uma redução mínima de apenas 0,3%, enquanto a agropecuária aumentou 0,8%. Essa estabilidade está diretamente associada à consolidação dos usos tradicionais do solo e à resistência das comunidades quilombolas, que manejam seus territórios de forma sustentável, integrando produção agrícola, conservação florestal e valorização da cultura.

Assim, tanto no Cerrado quanto na Mata Atlântica, os territórios quilombolas desempenham um papel estratégico na conservação ambiental, na mitigação das mudanças climáticas e na manutenção da diversidade sociocultural do país. Fortalecer a gestão territorial e acelerar a titulação dessas terras é fundamental para garantir o futuro desses biomas e dos povos que os habitam.



APRESENTAÇÃO DOS TERRITÓRIOS, AÇÕES E RESULTADOS

A seguir, o documento apresenta os territórios atendidos pelo Projeto “Fortalecendo a Gestão Territorial e Ambiental Quilombola no Cerrado e na Mata Atlântica (FGTAQ)”, as principais ações desenvolvidas bem como os resultados obtidos em distintos territórios quilombolas, respectivamente.

A exposição tem como propósito contextualizar as iniciativas implementadas, destacando os avanços alcançados, os desafios enfrentados e os impactos gerados nas comunidades.



BAHIA

Quilombo Jericó (Wenceslau Guimarães, BA)

HISTÓRICO

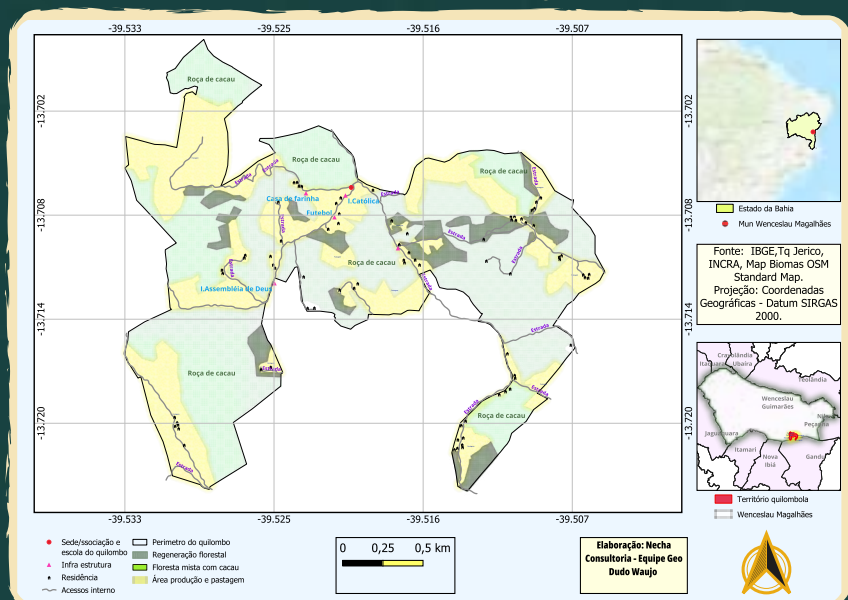
A Comunidade Quilombola de Jericó está situada na Mata Atlântica, entre os municípios de Gandu e Wenceslau Guimarães (BA), abrangendo uma área que acolhe cerca de 80 famílias e aproximadamente 200 moradores. Sua história remonta a 1932, quando famílias oriundas do sertão migraram em busca de melhores condições de vida e fincaram raízes no local. Dentre os pioneiros, destaca-se Laurinda Maria da Cruz, a “Dona Loura”, cuja trajetória de agricultora, crocheteira e parteira tornou-se símbolo da memória coletiva do território. Outros nomes, como Etelvina Rita de Jesus e Tiago do Amor Divino, também foram fundamentais para a formação da comunidade. O reconhecimento oficial veio com a certificação da Fundação Cultural Palmares em 2008, sendo coroado com a titulação definitiva das terras em 2023, resultado de anos de mobilização e fortalecimento coletivo.

Inserida no bioma da Mata Atlântica, a comunidade convive com a redução da vegetação nativa, o que evidencia a urgência de estruturar estratégias de gestão ambiental e proteção territorial. Além disso, há demandas prioritárias relacionadas à melhoria da educação, das estradas e da formação agrícola, aspectos fundamentais para o desenvolvimento sustentável da região. A organização comunitária tem se mostrado um pilar essencial na condução da agenda de desenvolvimento territorial, articulando saberes tradicionais e práticas produtivas.

Entre os principais cultivos, o cacau, a banana e a graviola se destacam, sendo manejados em sistemas tradicionais que carecem de aprimoramento técnico. O potencial de agregação de valor desses produtos é expressivo, mas enfrenta entraves como a infraestrutura precária, a baixa cobertura da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e a degradação ambiental. As oficinas realizadas, incluíram a apresentação do Projeto FGTAQ, que contribuíram para identificar as lacunas e orientar ações estratégicas que visam ampliar a produtividade e promover a conservação ambiental do território.



Figura 1 - Mapa Quilombo Jericó



Fonte: Necha consultoria equipe Dudo Waujo



Fonte: Elaborado pela autora, Marielly Nunes, 2025.

AÇÃO

A realização da oficina de apresentação do Projeto FGTAQ, que incluiu a aplicação da matriz FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças), como instrumento de diagnóstico participativo e planejamento estratégico comunitário.

A partir desse processo, foram identificadas prioridades locais, com ênfase na necessidade de assistência técnica e extensão rural (ATER), bem como na melhoria da infraestrutura básica, especialmente em relação às estradas, à educação e ao treinamento agrícola. Essas ações visaram fortalecer a capacidade organizativa da comunidade.



Fonte: Elaborado pela autor, Hilton Lucas, 2025.



RE SUL TA DOS

A elaboração de um plano de ação voltado à superação de gargalos críticos identificados pela comunidade, com foco em estratégias de fortalecimento territorial e produtivo. Houve também a validação da vocação agrícola local, com destaque para o cultivo de espécies como cacau, banana e graviola, que representam potencial econômico e cultural para o território. Além disso, foram identificadas demandas específicas relacionadas ao manejo sustentável e à conservação da vegetação nativa da Mata Atlântica, evidenciando o compromisso da comunidade com a preservação ambiental e o uso responsável dos recursos naturais.

Fonte: Elaborado pela autora, Marielly Nunes, 2025.



CEARÁ

Quilombo Queimadas (Cratos, CE)

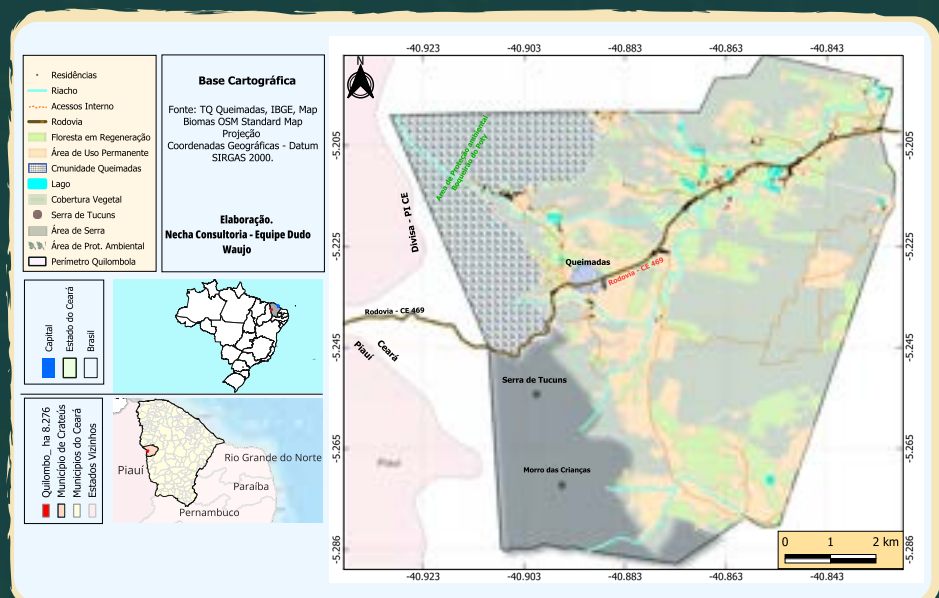
HISTÓRICO

O quilombo Queimadas tem origem nas rotas de fuga dos negros fugidos que buscaram liberdade e construíram suas vidas com base no trabalho coletivo e na relação com a terra. Essa memória de resistência é preservada pela comunidade, que reconhece seus antepassados como fundadores de um território de luta e pertencimento. Desde a certificação oficial em 2005 pela Fundação Cultural Palmares (FCP) a comunidade tem enfrentado disputas fundiárias e conflitos com supostos proprietários, dificultando o acesso pleno à terra e à prática da agricultura tradicional. A inclusão no Programa Nacional de Reforma Agrária em 2024 representa um avanço importante, embora a titulação definitiva ainda esteja pendente.

A agricultura familiar é a principal forma de sustento e expressão cultural da comunidade, com destaque para o cultivo de mandioca, milho e feijão, além da criação de animais. As práticas agrícolas seguem os ciclos naturais e os saberes ancestrais, refletindo uma convivência harmoniosa com a biodiversidade local. A educação também tem papel central na valorização da identidade quilombola, com iniciativas a exemplo do ensino médio noturno e parcerias com instituições de ensino que fortalecem o protagonismo da comunidade. A luta por reconhecimento, acesso à terra e educação de qualidade reafirma o compromisso dos moradores da comunidade Queimada com a preservação de sua história, cultura e seus direitos.

A tradição da oralidade é um dos pilares culturais da comunidade, sendo essencial para a preservação da memória coletiva e o fortalecimento dos vínculos entre gerações. No que desrespeito a educação a comunidade carece de um currículo que valorize a identidade quilombola. No campo da saúde, a comunidade enfrenta dificuldades no acesso a serviços adequados, com escassez de profissionais capacitados para atender às especificidades culturais da população quilombola. A distância das unidades de saúde e a falta de transporte agravam ainda mais a situação. Apesar dos desafios, os quilombolas seguem organizados e mobilizados, reafirmando diariamente sua identidade, o direito à terra, à educação e à saúde com dignidade.

Figura 5 - Mapa Quilombo Queimadas



Fonte: Necha consultoria equipe Dudo Waujo

Quilombo
Queimadas



Fonte: Elaborado pela autora, Mylena Pereira, 2025.

AÇÃO

O projeto FGTAQ aplicou questionários socioambientais para entender o perfil das famílias e suas dinâmicas produtivas. Em seguida, realizou oficina participativa com moradores, validando dados e construindo propostas coletivas. A equipe aplicou a metodologia FOFA, identificando forças, fragilidades e ameaças ao território. Também iniciou o Plano Local de Gestão Territorial e Ambiental, orientando a organização comunitária. Por fim, executou o georreferenciamento do território, mapeando áreas de uso tradicional, vegetação nativa e pressões externas sobre as terras quilombolas.



Fonte: Elaborado pela autora, Mylena Pereira, 2025.



RESULTADOS

Fortalecimento da coesão comunitária, com maior integração entre os moradores e valorização das práticas coletivas. Destaca-se também a continuidade das cadeias produtivas da mandioca, do milho e do feijão, que permanecem como pilares da economia local e da segurança alimentar, além de representarem saberes tradicionais transmitidos entre gerações.

Outro resultado relevante foi a salvaguarda de áreas de uso tradicional, como roças, quintais e espaços de convivência, frente às pressões da urbanização, assegurando a preservação do território e da identidade cultural da comunidade.

Fonte: Elaborado pela autora, Mylena Pereira, 2025.



ESPÍRITO SANTO

Quilombo São Pedro (Santa Teresa/Fundão/Ibiraçu, ES)
Quilombo Serraria e São Cristóvão (São Mateus, ES)

HISTÓRICO

O quilombo São Pedro está localizado na região serrana do Espírito Santo, abrangendo áreas nos municípios de Santa Teresa, Fundão e Ibiraçu, com predominância neste último. A comunidade ocupa 289,637 hectares e busca o reconhecimento de 314,0707 hectares junto ao INCRA, embora cerca de 31,85% dessa área esteja sobreposta por Áreas de Preservação Permanente (APPs), o que gera desafios para o uso do território. Em 2012, um decreto presidencial autorizou a desapropriação de propriedades privadas na área, e em 2015 foi concedido o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) para 38,47 hectares, mas a titulação definitiva ainda está pendente.

A agricultura é a principal atividade econômica, com cultivos de feijão, arroz, milho, mandioca, banana, café, cana-de-açúcar e eucalipto. No entanto, a apropriação de terras por posseiros, especialmente produtores de café, reduziu o território original, forçando famílias quilombolas a migrarem ou trabalharem em terras de terceiros. Além disso, práticas como pastagem extensiva, uso de agrotóxicos e cultivo de eucalipto têm causado degradação ambiental, afetando o solo, a água e as APPs, e comprometendo a subsistência das famílias.

Diante desses desafios, a comunidade intensificou sua luta pela titulação definitiva e pela preservação ambiental. Desde o segundo semestre de 2024, foram realizadas ações como georreferenciamento, assessoria para regularização fundiária e assistência técnica. Para 2025, está prevista a implementação do sub acordo e a conclusão do plano local de gestão territorial e ambiental, com foco na expansão de agroflorestas, valorização da mandioca e organização de mercados solidários, visando fortalecer a agricultura sustentável e garantir os direitos territoriais do quilombo São Pedro.

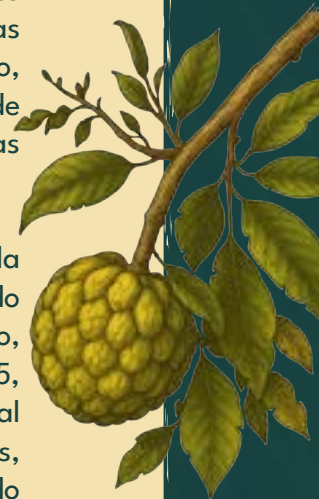
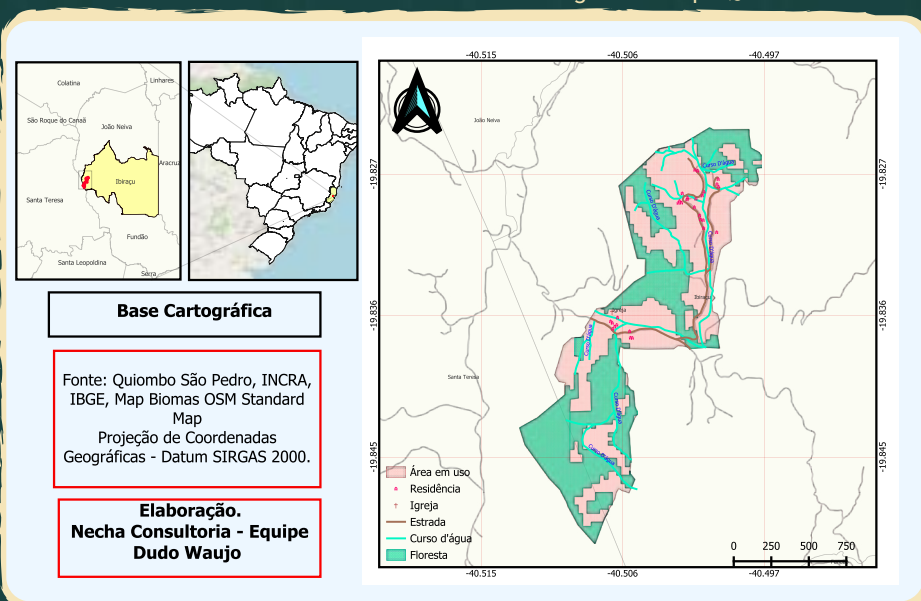
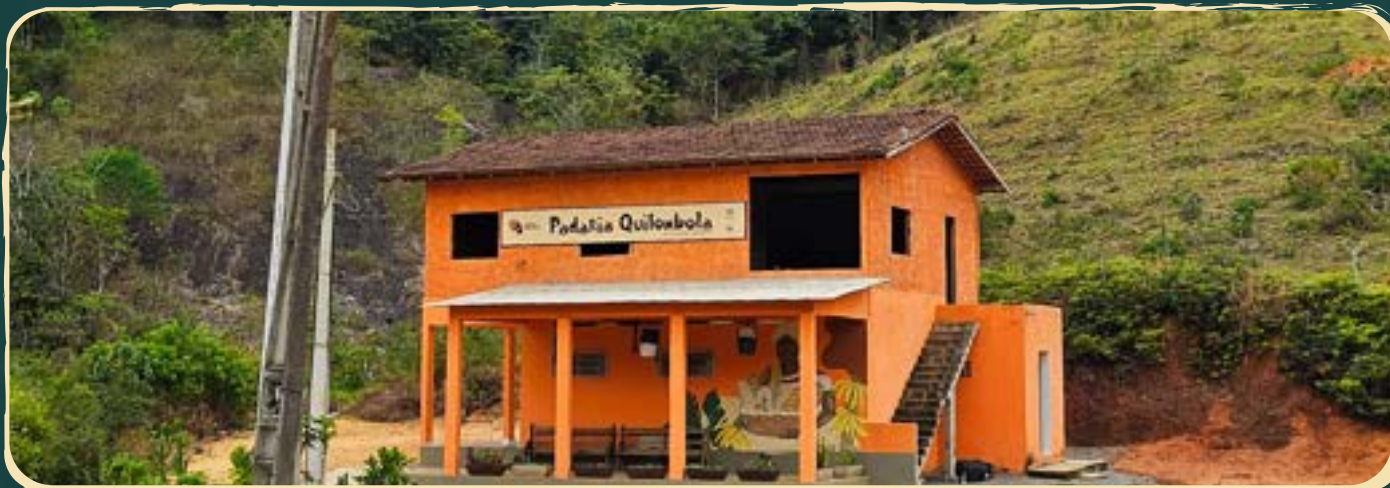


Figura 9 - Mapa Quilombo São Pedro



Fonte: Necha consultoria equipe Dudo Waujo

Quilombo
São Pedro



Fonte: Elaborado pela autora, Mylena Pereira, 2025.

AÇÃO

O projeto FGTAQ realizou uma oficina participativa com os moradores de São Pedro, discutindo desafios da gestão territorial e ambiental e construindo expectativas coletivas por meio da dinâmica “Árvore dos Sonhos”. A equipe visitou áreas de cultivo, orientando práticas produtivas mais sustentáveis. Também foi feito o georreferenciamento e elaborado o etnomapa, valorizando o olhar comunitário sobre o território. A comunidade iniciou seu Plano Local de Gestão Territorial e Ambiental, que guiará o uso do território e o fortalecimento organizativo.



Fonte: Elaborado pela autora, Mylena Pereira, 2025.



RESULTADOS

Consolidação de marcos jurídicos que fortalecem a segurança territorial da comunidade, a manutenção de uma agricultura diversificada como base econômica e cultural, e avanços institucionais relevantes, mesmo diante de perdas históricas do território e sobreposições com Áreas de Preservação Permanente (APP), evidenciando a resiliência e capacidade de organização comunitária.

Fonte: Elaborado pela autora, Mylena Pereira, 2025.

HISTÓRICO

Os quilombos de Serraria e São Cristóvão estão localizados no território do Sapê do Norte, à margem do rio Cricaré, e fazem parte de um conjunto com aproximadamente trinta comunidades quilombolas. Com origem comum e laços familiares profundos, foram oficialmente reconhecidos como território quilombola em 2010, após mobilização iniciada em 2005. Desde os anos 1980, a organização comunitária, com apoio da diocese local, tem sido fundamental na luta por direitos, preservação cultural e resistência frente às pressões externas, como a expansão de grandes lavouras e interesses fundiários.

A agricultura é a principal atividade econômica das famílias, com destaque para o cultivo de café, pimenta-do-reino e mandioca, além da produção de farinha e polvilho usados na preparação de beijus, alimento típico da região. As comunidades também se dedicam à preservação ambiental e à valorização das tradições culturais, como o jongo, a capoeira e os reis de boi. A diversidade religiosa, incluindo Candomblé, Umbanda, Catolicismo e Protestantismo, fortalece os vínculos comunitários e reflete o respeito à pluralidade espiritual.

Apesar das conquistas, os desafios persistem. A escola local enfrenta sérias limitações estruturais, comprometendo o acesso à educação de qualidade. A expansão de monoculturas e a degradação ambiental, como o desmatamento e a poluição do rio Cricaré, ameaçam o território e os modos de vida quilombola. A ausência de políticas públicas eficazes e o risco de desgaste cultural evidenciam a urgência de ações que garantam a proteção ambiental, a valorização das tradições e a autonomia das comunidades.

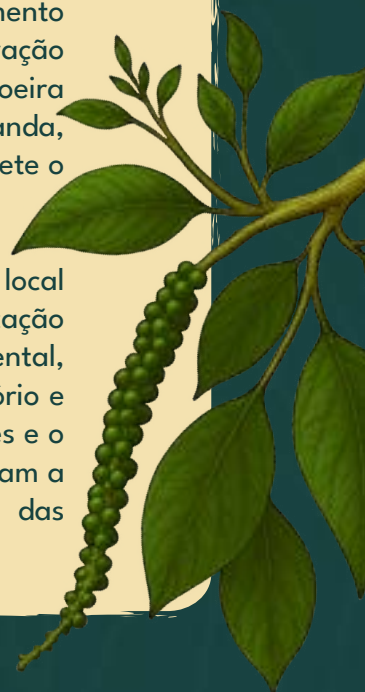
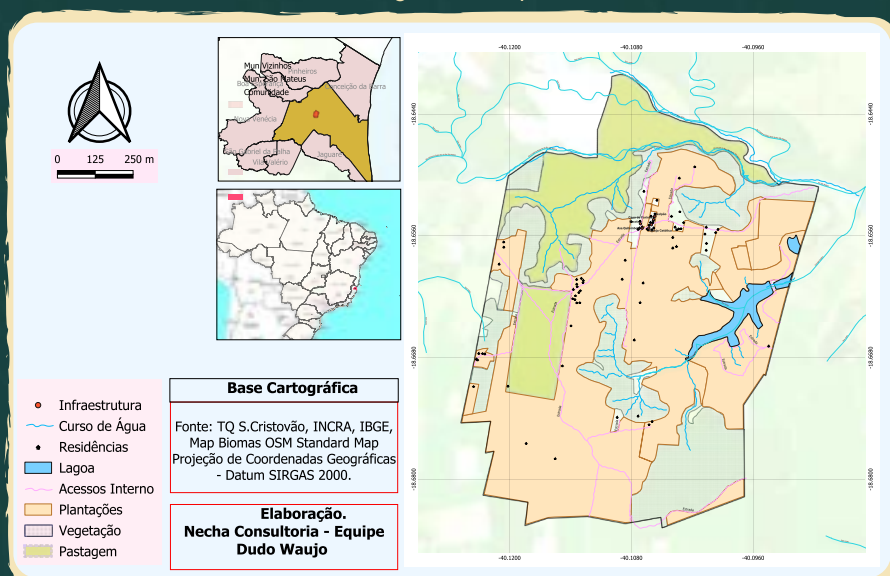


Figura 13 - Mapa Quilombo Serraria e São Cristóvão



Fonte: Necha consultoria equipe Dudo Waujo

Quilombo
Serraria e
São Cristóvão



Fonte: Elaborado pelo autor, Yrones Lima, 2025.

AÇÃO

O projeto FGTAQ realizou oficinas em São Cristóvão para dialogar sobre o território, além de orientações nos cultivos de pimenta-do-reino, café e cacau. No centro comunitário, foi desenvolvido o diagnóstico do território com o uso de dinâmicas como a “Árvore dos Sonhos” que reuniu os moradores para expressarem desejos coletivos, como a titulação do território e maior união. Também foi realizado o georreferenciamento do território, importante para reconhecer áreas de uso e fortalecer a organização local.



Fonte: Elaborado pela autora, Mylena Pereira, 2025.



RESULTADOS

A continuidade das atividades produtivas tradicionais, com destaque para o cultivo de café, pimenta-do-reino e mandioca, além da produção de derivados como farinha, polvilho e beiju, que fortalecem a economia local e a segurança alimentar. Paralelamente, observa-se o fortalecimento da coesão socio-cultural da comunidade, que tem se mantido unida e resiliente diante das constantes pressões exercidas por grandes propriedades rurais, reafirmando sua identidade quilombola e a defesa coletiva do território.

Fonte: Elaborado pela autora, Mylena Pereira, 2025.



GOIÁS

Quilombo Mesquita (Cidade Ocidental, GO)

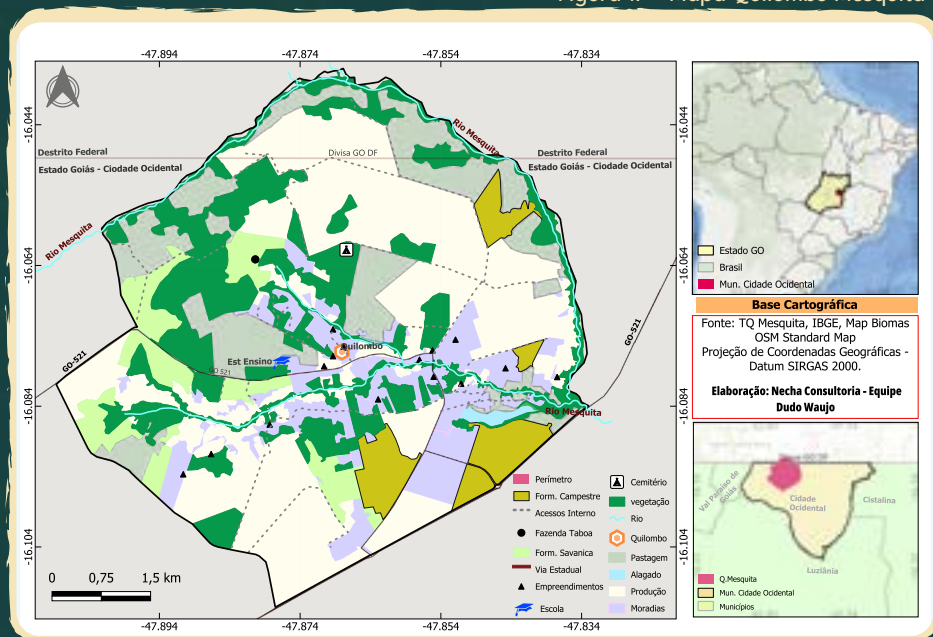
HIS TÓ RI CO

O quilombo Mesquita, localizado a cerca de 50 km de Brasília, tem mais de 270 anos de história e abriga cerca de 900 famílias que vivem da agricultura familiar, com destaque para os derivados do marmelo, símbolo da comunidade. Originado no século XVIII, quando três mulheres negras libertas receberam a Fazenda Mesquita, o território passou a sofrer com grilagem e especulação imobiliária a partir da década de 1970. Em 2006, os moradores fundaram a Associação Renovadora dos Moradores e Amigos do Mesquita (AREME) e conquistaram a certificação como comunidade quilombola pela Fundação Cultural Palmares (FCP), iniciando o processo de regularização fundiária junto ao INCRA, que segue em andamento.

Apesar dos avanços, a comunidade enfrenta ameaças constantes, como a concessão indevida de licença florestal em área reivindicada, o desmatamento e a degradação ambiental, agravados pela urbanização acelerada. A proximidade com Brasília intensifica os conflitos fundiários e os impactos sobre a biodiversidade e a agricultura, essencial para a subsistência local. A luta pela terra é acompanhada por denúncias de ameaças às lideranças e pela mobilização por políticas públicas que garantam a preservação do território e o modo de vida quilombola.

As celebrações culturais, como os festejos de São Sebastião e a colheita do marmelo em janeiro, fortalecem os vínculos comunitários e mantêm vivos os saberes ancestrais. A culinária tradicional, os saberes de cura com ervas e a educação quilombola são práticas que conectam saúde, espiritualidade e resistência. A escola local ainda busca se consolidar como espaço de valorização da identidade quilombola, com ensino baseado na ancestralidade e na vivência comunitária, reafirmando o papel dos mais velhos na transmissão de conhecimento e na preservação da cultura.

Figura 17 - Mapa Quilombo Mesquita



Fonte: Necha consultoria equipe Dudo Waujo

Quilombo
Mesquita



Fonte: Elaborado pela autora, Mylena Pereira, 2025.

AÇÃO

Foram desenvolvidas oficinas de gestão territorial e ambiental em Mesquita, com visitas de assistência técnica agrícola, diagnóstico para orientar estratégias de fortalecimento. Além do georreferenciamento que foi extremamente estratégico para mostrar a dimensão do território e os pontos de sobreposição e conflitos.

RESULTADOS

O fortalecimento da defesa territorial, com maior capacidade de enfrentamento às ameaças externas e à especulação fundiária. Bem como a manutenção e valorização da cadeia produtiva do marmelo e seus derivados, que representam uma importante fonte de renda e expressão cultural da comunidade. Além disso, houve avanços na mitigação parcial dos impactos causados pelo desmatamento e pela pressão imobiliária, demonstrando a resiliência da comunidade na preservação de seu território e modo de vida tradicional.



MARANHÃO

Quilombo Peixes (Colinas, MA)
Quilombo Saco das Almas (Brejo, MA)

HISTÓRICO

O quilombo Peixes, localizado à margem da BR-135 no município de Colinas (MA), fundado por Teotônio e sua família por volta de 1905. Com cerca de 74 famílias, a comunidade enfrentou décadas de opressão, especialmente após a chegada de um fazendeiro nos anos 1960 que se apropriou das terras. A organização comunitária começou no final dos anos 1990, resultando na emissão da certificação da Fundação Cultural Palmares (FCP) como comunidade quilombola em 2006. Em 2024, a comunidade conquistou o reconhecimento oficial de 1.319 hectares, embora parte do território ainda esteja sob controle de fazendeiros e empresas privadas.

Localizada no bioma Cerrado, a comunidade valoriza a preservação ambiental e mantém práticas sustentáveis, como a extração do óleo de babaçu e a agricultura familiar baseada em mutirões. Os moradores cultivam alimentos como arroz, feijão, mandioca e melancia, e ainda preservam cerca de 350 hectares de vegetação nativa. A vigilância comunitária protege o território contra invasões, o centro comunitário, com mais de cem anos é o espaço onde se celebram colheitas, tomam decisões coletivas e fortalecem os vínculos culturais. A gestão ambiental é guiada por princípios intergeracionais, garantindo a preservação dos saberes e dos recursos naturais para as futuras gerações da comunidade.

As tradições culturais são vivenciadas intensamente ao longo do ano, com destaque para as celebrações de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Santa Bárbara, as rezas da quaresma e o tambor de crioulo. No entanto, a comunidade enfrenta desafios na saúde, com atendimento irregular e precário, e na educação, com uma escola que atende apenas os anos iniciais em salas multisseriadas. Além disso, há graves ameaças territoriais, como a presença de jagunços armados, desmatamentos ilegais e destruição de babaçuais, mesmo após o reconhecimento oficial do território. Diante desse cenário, os moradores seguem resistindo, reafirmando sua luta por segurança, dignidade e valorização de sua cultura e de seus direitos.

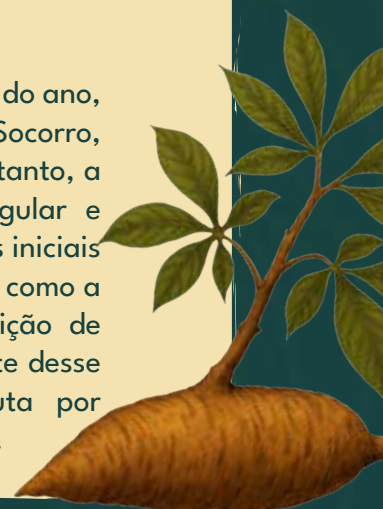
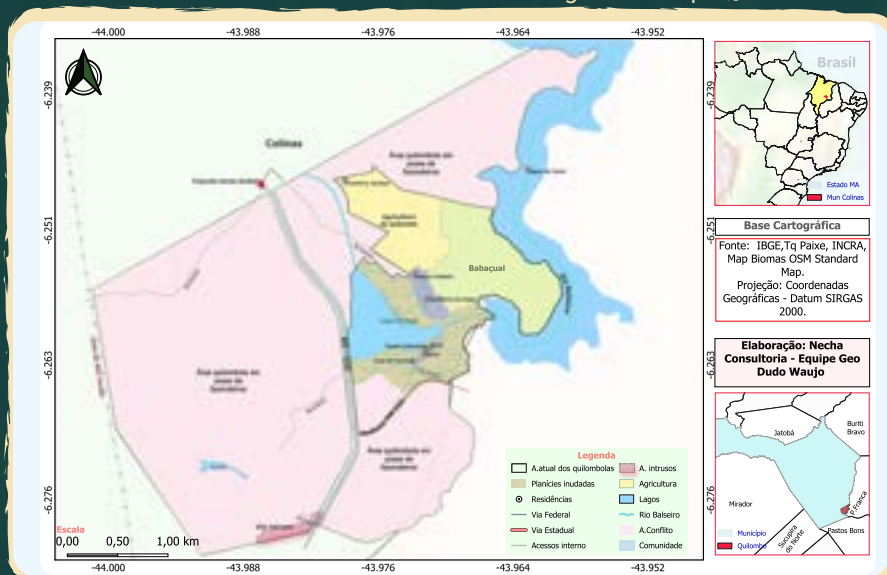


Figura 19 - Mapa Quilombo Peixes



Fonte: Necha consultoria equipe Dudo Wauju

Quilombo
Peixes



Fonte: Elaborado pela autora, Mylena Pereira, 2025.

AÇÃO

A comunidade quilombola de Peixes recebeu oficinas de gestão territorial e ambiental, produziu seu diagnóstico, etnomapa e georreferenciamento juntamente com a equipe técnica do projeto FGTAQ. Além disso, foi produzido minuta do Plano Local de Gestão Territorial e Ambiental.



Fonte: Elaborado pela autora, Mylena Pereira, 2025.



RESULTADOS

A comunidade quilombola preservou cerca de 350 hectares de território, mantendo uma base agroextrativista com cultivos como arroz, feijão, fava, soja, melancia, mandioca e o extrativismo do coco babaçu. Além disso, houve fortalecimento da governança local, especialmente frente às pressões de fazendeiros, consolidando a autonomia e a proteção do território.

Fonte: Elaborado pela autora, Mylena Pereira, 2025.

HISTÓRICO

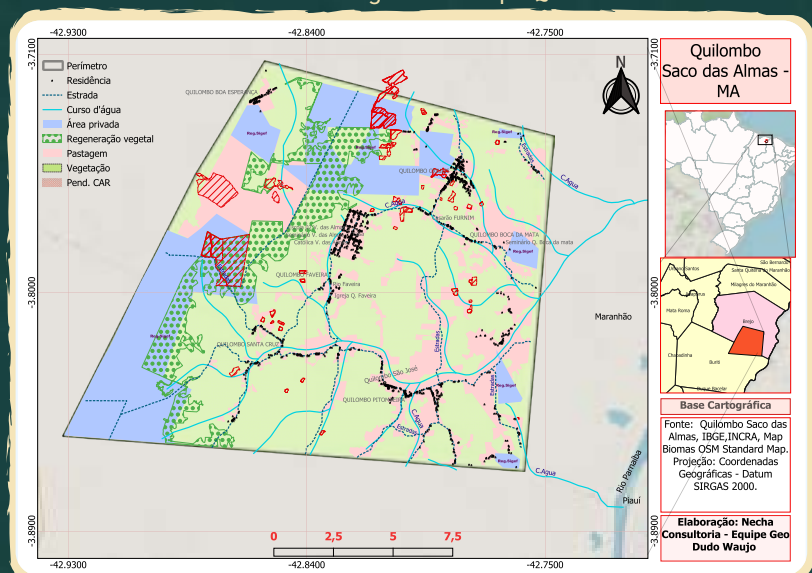
O quilombo Saco das Almas, localizado no município de Brejo, no Baixo Parnaíba Maranhense, reúne sete comunidades que compartilham uma história de resistência iniciada na década de 1930, quando famílias fugidas se estabeleceram na região. Com o passar dos anos, latifundiários e empreendimentos do agronegócio passaram a pressionar e ocupar parte do território, gerando conflitos fundiários que persistem até hoje. Embora o território tenha cerca de 124 mil hectares, os quilombolas têm acesso a apenas metade dessa área, e seguem mobilizados na luta por seus direitos, refletindo a força do movimento quilombola no Maranhão.

A economia das comunidades é baseada no extrativismo de frutos nativos como babaçu, bacuri, buriti e pequi, além da agricultura familiar com cultivos de mandioca, arroz, milho e feijão. As práticas são sustentáveis e respeitam os ciclos naturais, com uso de técnicas agroecológicas e troca de sementes crioulas. A produção de óleo de babaçu, farinha, polpas e artesanato fortalece a renda local e valoriza os saberes tradicionais. A cultura também é um pilar da vida comunitária, com manifestações como o tambor de crioula, bumba meu boi, festas juninas e danças africanas, que envolvem crianças e jovens, promovendo o pertencimento, educação e a proteção social.

Apesar da riqueza cultural e ambiental, o território enfrenta graves ameaças, como a expansão da soja, o uso intensivo de agrotóxicos e a extração ilegal de madeira, que comprometem a saúde das famílias e a biodiversidade local. A destruição dos recursos naturais por agentes externos intensifica os desafios enfrentados pelas comunidades, exigindo ações urgentes para garantir a proteção do território, a segurança dos moradores e a continuidade dos modos de vida quilombolas. A luta por justiça ambiental e territorial é, portanto, essencial para preservar a dignidade, a cultura e o futuro das famílias da comunidade Saco das Almas.



Figura 23 - Mapa Quilombo Saco das Almas



Quilombo Saco das Almas



Fonte: Elaborado pela autora, Mylena Pereira, 2025.

AÇÃO

A comunidade atua em litígios e na incidência política pela titulação de seu território, realiza o monitoramento local de impactos ambientais, como o uso de agrotóxicos e a extração ilegal de madeira, e participa ativamente de redes de mobilização em defesa dos direitos territoriais quilombolas.



RESULTADOS

A comunidade reafirmou seu projeto político de titulação como instrumento essencial para garantir a permanência e a proteção de seu território, reconhece também que a regularização fundiária fortalece direitos coletivos, autonomia e modos de vida tradicionais; contudo, o início desse processo também desperta inseguranças diante da possibilidade de intensificação dos conflitos socioambientais, da pressão de interesses externos sobre os recursos naturais e das barreiras burocráticas que dificultam o acesso efetivo à terra.

Nesse cenário de desafios e resistência, a comunidade ampliou a visibilidade das disputas territoriais e manteve vivos seus sistemas produtivos tradicionais, como o extrativismo de babaçu, bacuri, buriti e juçara, a agricultura diversificada e a criação de animais, que não apenas garantem a subsistência, mas também reafirmam a relação histórica e cultural com o território e a identidade quilombola.

Fonte: Elaborado pela autora, Mylena Pereira, 2025.



MATO GROSSO

Quilombo Mata Cavalo de Cima (Nossa Senhora do Livramento, MT)

Quilombo Mutuca (Nossa Senhora do Livramento, MT)

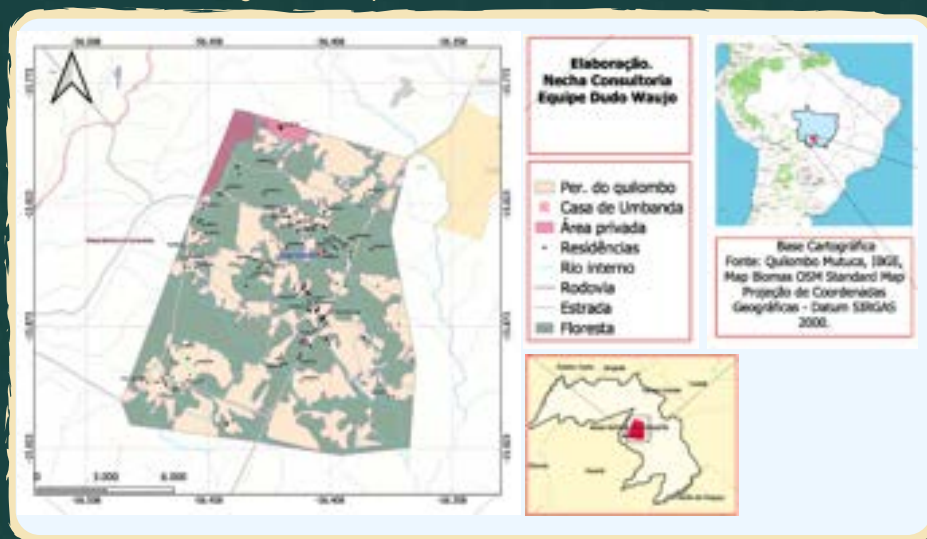
HISTÓRICO

O quilombo de Mata Cavalo de Cima, situada no estado do Mato Grosso, é composto por cerca de 100 famílias distribuídas em 40 residências. Sua organização social está profundamente enraizada nas práticas agrícolas tradicionais, na preservação dos saberes ancestrais e no fortalecimento da identidade quilombola. A história da comunidade remonta a Marcelino Paes de Barros, homem negro escravizado que conquistou sua alforria e adquiriu parte das terras do Ribeirão Mata Cavalo de Cima, tornando-se o primeiro quilombola liberto da região. Sua trajetória representa o início da luta pela posse e reconhecimento das terras quilombolas.

Atualmente, a comunidade enfrenta desafios relacionados à regularização fundiária e à resistência contra a expansão de fazendas e empreendimentos que ameaçam seu território. Apesar das dificuldades, os moradores mantêm práticas de produção agrícola sustentável, com destaque para o cultivo de mandioca, milho, feijão, hortaliças e a criação de pequenos animais. Essas atividades são fundamentais para a subsistência das famílias e para a preservação do modo de vida tradicional.

A transmissão dos saberes ancestrais é um pilar essencial na vida comunitária. As manifestações culturais, como festas religiosas, rodas de conversa e cantorias, são espaços de fortalecimento da identidade quilombola e de união entre os moradores. Esses elementos culturais, aliados à resistência territorial e à produção sustentável, reafirmam o compromisso da comunidade de Mata Cavalo de Cima com a preservação de sua história.

Figura 26 - Mapa Quilombo Mata Cavalo de Cima



Fonte: Necha consultoria equipe Dudo Waujo

Quilombo
Mata Cavalo
de Cima



Fonte: Elaborado pela autora, Mylena Pereira, 2025.

AÇÃO

No território de Mata Cavalo, o projeto FGTAQ desenvolveu oficinas de gestão territorial e ambiental, discutindo a PNGTAQ, aplicando a metodologia FOFA e definindo prioridades coletivas. O diagnóstico comunitário foi atualizado com formulários socioambientais, entrevistas e a construção do etno-mapa, registrando usos do território e referências culturais.

O georreferenciamento avançou, identificando pressões externas e áreas de vegetação nativa. Também foram encaminhadas ações de empoderamento feminino e iniciativas específicas para cada comunidade. Todo esse trabalho integra a construção do Plano Local de Gestão Territorial e Ambiental, que orientará o fortalecimento e a sustentabilidade do território.



Fonte: Elaborado pelo autor, Hilton Lucas, 2025.

RESULTADOS

A identificação, pelo INCRA, de uma área de 14.622 hectares como pertencente à comunidade, configurando o maior território quilombola reconhecido no estado de Mato Grosso. Houve também a reversão de ordens de despejo em instâncias superiores, o que representou uma importante vitória jurídica na defesa dos direitos territoriais. A comunidade mantém sua resiliência por meio da continuidade da produção agrícola, com destaque para cultivos tradicionais como café, pimenta-do-reino e mandioca.



Fonte: Elaborado pela autora, Mylena Pereira, 2025.

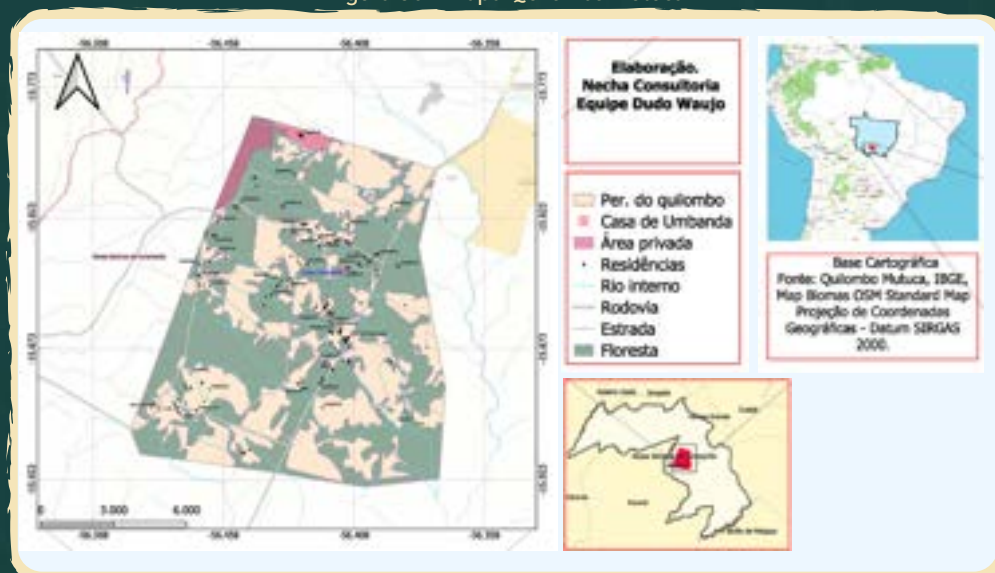
HISTÓRICO

O quilombo Mutuca é um dos maiores do complexo, composto por cerca de 142 famílias distribuídas em 81 residências. Sua principal estrutura organizativa é a Associação de Moradores de Mutuca, que atua na defesa dos direitos territoriais, na articulação com órgãos governamentais e na mediação de conflitos fundiários. A origem da comunidade está marcada por disputas históricas entre quilombolas e fazendeiros, tendo como um de seus primeiros líderes Macário Ferreira, que reivindicou a posse das terras conhecidas como Seis Marias. Após sua morte, a luta foi continuada por Crescêncio e Miguel Ferreira de Jesus, cuja trajetória é lembrada como símbolo de resistência e dedicação à causa quilombola na região.

O nome da comunidade tem origem em um córrego onde, durante o período da escravidão, os negros escravizados tomavam banho e eram picados por mutucas, insetos comuns na região. Com o tempo, o local passou a ser conhecido como Quilombo Mutuca. A memória da luta por terra permanece viva entre os moradores, como relata João Pedro Silva, quilombola de 69 anos, ao lembrar que Miguel Ferreira de Jesus, mesmo sem escolaridade formal, conquistou 200 hectares de terra com coragem e sabedoria popular, lutando até seus últimos dias pela permanência da comunidade em seu território.

Atualmente, a comunidade Mutuca continua enfrentando ameaças de fazendeiros e garimpeiros que tentam se apropriar indevidamente das terras quilombolas. Apesar das adversidades, a comunidade mantém sua resistência por meio da organização coletiva e do fortalecimento da identidade cultural e territorial. As práticas culturais, como festas religiosas, rodas de conversa e cantorias, seguem vivas e desempenham papel fundamental na coesão social e na preservação dos saberes ancestrais, da comunidade.

Figura 30 - Mapa Quilombo Mutuca



Quilombo
Mutuca

Fonte: Necha consultoria equipe Dudo Waujo



Fonte: Elaborado pela autora, Mylena Pereira, 2025.

AÇÃO

A atuação ativa da associação de moradores na articulação comunitária e na defesa dos direitos territoriais, com destaque para a realização de oficinas do Projeto FGTAQ em 2024, que mobilizaram mais de 80 participantes em processos de formação e planejamento coletivo. A comunidade também se organizou para enfrentar ameaças direcionadas às suas lideranças, promovendo ações de proteção e denúncia. Além disso, foram realizados mutirões como estratégia de fortalecimento da solidariedade interna e da capacidade de resposta coletiva diante dos desafios do cotidiano.



Fonte: Elaborado pelo autor, Hilton Lucas, 2025.



Fonte: Elaborado pelo autor, Hilton Lucas, 2025.

O fortalecimento da governança territorial e do planejamento participativo, com maior envolvimento da comunidade na definição de prioridades e estratégias de desenvolvimento. Também a diversificação das atividades produtivas, com a ampliação da agricultura familiar, a extração de óleos de babaçu e mamona, e a criação de pequenos animais, contribuindo para a sustentabilidade econômica local. Além disso, observa-se uma expressiva resiliência cultural, evidenciada pela valorização e continuidade de manifestações tradicionais como o siriri, o cururu e as festas de santo, que reforçam a identidade coletiva e a coesão social da comunidade



MINAS GERAIS

Quilombo Cachoeira dos Forros (Passa Tempo, MG)
Quilombo Carrapatos de Tabatinga (Bom Despacho, MG)

HISTÓRICO

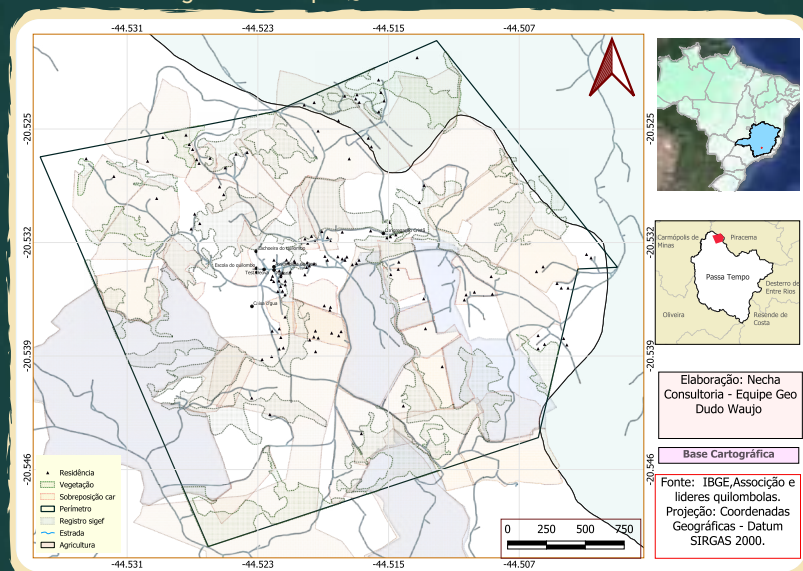
O quilombo Cachoeira dos Forros, localizado na zona rural de Passa Tempo-MG, abriga cerca de 80 famílias que têm na agricultura sua principal fonte de sustento, com destaque para o cultivo de arroz, feijão e pimenta. A relação com a terra é marcada por saberes ancestrais e práticas tradicionais que fortalecem a identidade quilombola. O nome da comunidade remete ao período pós-abolição, quando negros libertos receberam terras doadas por um padre, formando um território seguro e resistente.

A trajetória da comunidade é marcada por desafios e conquistas. Em 2006, os moradores fundaram a Associação Comunitária Quilombola de Agricultores e Artesãos da Cachoeira dos Forros (ACAFOR), com o objetivo de fortalecer a organização local e promover melhorias na qualidade de vida. A relação com os fazendeiros da região evoluiu, garantindo respeito e oportunidades de trabalho justo. A alimentação, antes precária, melhorou significativamente, e o acesso à educação e ao trabalho ampliou as perspectivas de autonomia e desenvolvimento.

Apesar da perda de algumas tradições culturais, como o Congado e o Furi de Reis, a comunidade mantém viva sua essência por meio da resistência, da união e da valorização de sua história. A luta pela preservação do território continua, especialmente diante de ameaças como a instalação de uma usina hidrelétrica sem consulta prévia, que causou a inundação de parte das terras. Atualmente, a comunidade enfrenta uma disputa judicial contra uma empresa de aço pela posse de áreas historicamente ocupadas pelos quilombolas, reafirmando a importância da defesa do território para garantir a sobrevivência, a cultura e a dignidade das famílias quilombolas.

Quilombo Cachoeira dos Forros

Figura 34 - Mapa Quilombo Cachoeira dos Forros



Fonte: Necha consultoria equipe Dudo Waujo



Fonte: Elaborado pelo autor, Marielly Nunes , 2025.

AÇÃO

Na comunidade de Cachoeira dos Forros, o projeto FGTAQ desenvolveu oficinas de gestão territorial e ambiental, discutindo a PNGTAQ, os objetivos do projeto e as prioridades definidas pelos moradores. O diagnóstico comunitário foi produzido por meio de formulários socioambientais, entrevistas com moradores antigos e a construção do etnomapa, que registrou áreas de uso tradicional, espaços produtivos, referências culturais e pontos de conflito. Todo esse material serve de base para o Plano Local de Gestão Territorial e Ambiental, que orientará a organização interna, o uso do território e as estratégias de sustentabilidade da comunidade.



RESULTADOS

A diversificação das fontes de renda por meio do fortalecimento do turismo de base comunitária e do artesanato, promovendo maior autonomia econômica para as famílias. Além disso, observou-se um significativo fortalecimento da identidade quilombola, com valorização das práticas culturais e da memória coletiva. A pauta da regularização fundiária também se manteve em evidência, reafirmando o compromisso da comunidade com a defesa de seus direitos territoriais e com a consolidação de sua autonomia.

Fonte: Elaborado pelo autor, Marielly Nunes , 2025.

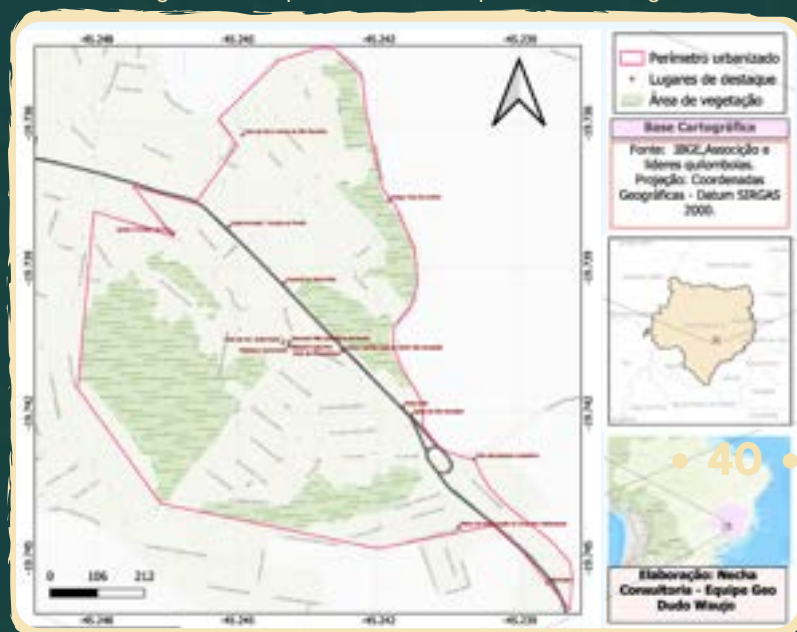
HISTÓRICO

A Comunidade Quilombola Carrapatos da Tabatinga está localizada em área urbana no município de Bom Despacho, MG, abrangendo cerca de 68,36 hectares, dos quais aproximadamente 30% conservam vegetação nativa. Sua origem remonta ao final do século XIX, marcada pela união de uma matriarca indígena e de um homem negro ex-escravizado que herdaram uma fazenda de café e resistiram às violências pós-abolição e ataques de fazendeiros. A comunidade se consolidou ao longo das gerações como um espaço de resistência, memória coletiva e cuidado com as raízes, enfrentando processos de desapropriação, migração forçada e pressão urbana intensificada.

A base da vida comunitária está na agricultura familiar, que garante segurança alimentar e sustenta práticas ancestrais no cultivo de milho, feijão, mandioca, frutas nativas e hortaliças. Além da produção, os Carrapatos promovem atividades culturais que fortalecem a identidade quilombola: grupos de dança, celebrações coletivas e eventos como o Miss Beleza Negra são exemplos da valorização da memória e da inspiração da juventude. Projetos de educação decolonial e iniciativas voltadas à preservação dos saberes tradicionais ampliam o protagonismo dos moradores do território.

A comunidade enfrenta desafios estruturais e ambientais, com destaque para limitações em saúde e educação, especulação imobiliária, expansão de monoculturas no entorno e perda de espaços coletivos. Em resposta, os quilombolas desenvolvem projetos de proteção de áreas tradicionais, organização interna e defesa dos direitos quilombolas, reafirmando o compromisso com a continuidade da história, cultura e identidade.

Figura 34 - Mapa Quilombo Carrapatos de Tabatinga



Fonte: Necha consultoria equipe Dudo Waujo

Quilombo
Carrapatos
de Tabatinga



Fonte: Elaborado pelo autor, Hilton Lucas, 2025.

AÇÃO

O diagnóstico evidenciou como força a organização comunitária e a valorização das práticas produtivas e culturais, enquanto destacou como fragilidade a dificuldade de acesso a direitos e à regularização fundiária, em razão da localização urbana do quilombo. Foi realizado o georreferenciamento do território, detalhando as áreas de uso tradicional e subsidiando instrumentos de planejamento, além da elaboração do Plano Local de Gestão Territorial e Ambiental (PLGTA), documento estratégico para garantir sustentabilidade ambiental, ordenamento interno e salvaguarda de direitos frente à pressão urbana.



Fonte: Elaborado pelo autor, Hilton Lucas, 2025.



Fonte: Elaborado pelo autor, Hilton Lucas, 2025.

RESULTADOS

Mapeamento das áreas de vegetação remanescente e dos espaços produtivos, fundamentando as diretrizes comunitárias para manejo e restauração ambiental. A organização interna foi fortalecida, envolvendo mulheres e juventudes na mobilização cultural e educativa.

O território passou a contar com ferramentas técnicas para reivindicar melhorias junto ao poder público e ampliar o diálogo com políticas setoriais, como assistência técnica, saúde, educação e compras públicas.



PARAÍBA

Quilombo Gurugi (Conde, PB)

Quilombo Negra de Ipiranga (Conde, PB)

HISTÓRICO

O quilombo Gurugi, localizado no município de Conde, na região da Mata Paraibana, abriga cerca de 250 famílias quilombolas distribuídas entre os assentamentos Gurugi I e Gurugi II. A comunidade tem sua base econômica na agricultura familiar, com o cultivo de inhame, macaxeira, jerimum, feijão, milho e mamão, além da pesca artesanal e atividades informais em períodos de alta temporada nas praias. Apesar de inicialmente contar com títulos de posse, muitas famílias venderam suas terras entre 1975 e 1978. A organização comunitária foi essencial para que, em 2006, Gurugi fosse reconhecido pela Fundação Cultural Palmares (FCP) como comunidade quilombola, embora ainda enfrente desafios para a titulação definitiva das terras historicamente ocupadas.

Localizado no bioma da Mata Atlântica, um dos mais ricos e ameaçados do planeta, o território de Gurugi representa um importante espaço de resistência ecológica e cultural. Os sistemas produtivos da comunidade são adaptados ao ambiente local e refletem um saber tradicional construído ao longo de gerações. No entanto, a pressão do agronegócio, da especulação imobiliária e de grandes empreendimentos tem provocado mudanças nas práticas ancestrais, como a substituição do extrativismo de frutos nativos pela produção intensiva de mandioca. Essas transformações comprometem não apenas a segurança alimentar, mas também os vínculos culturais e os saberes associados à biodiversidade local, colocando em risco a sustentabilidade do território.

A cultura quilombola de Gurugi, é marcada pela resistência e ancestralidade, manifestase em expressões como a capoeira e o coco de roda, que fortalecem a identidade coletiva. Contudo, práticas tradicionais como a produção de panelas de barro vêm desaparecendo. A participação dos jovens nas manifestações culturais é significativa, mas seu envolvimento na organização comunitária ainda é limitado, o que evidencia a necessidade de estratégias para engajá-los nas lutas e na preservação das tradições. Paralelamente, a comunidade enfrenta ameaças constantes, como a ocupação irregular do território por terceiros e a pressão de grandes empreendimentos, incluindo empresas eólicas, que colocam em risco a autonomia e a integridade ambiental e cultural da comunidade.

Figura 37 - Mapa Quilombo Gurugi



Fonte: Necha consultoria equipe Dudo Waujo

Quilombo
Gurugi

AÇÃO

Na comunidade de Gurugí, o projeto FGTAQ desenvolveu oficinas de gestão territorial e ambiental, atualizando o diagnóstico comunitário por meio de formulários socioambientais, entrevistas e construção de etnomapas que registraram usos do território, recursos naturais e referências culturais. As informações levantadas orientaram o plano de ação, que inclui o georreferenciamento do território, ações para fortalecer e regularizar a associação comunitária e a construção do Plano Local de Gestão Territorial e Ambiental. Esse conjunto de atividades apoia a organização interna e a gestão sustentável do território.

RE SUL TA DOS

Incluem a redefinição da governança territorial, com maior participação comunitária na gestão do território e fortalecimento das instâncias locais de decisão. Houve também a consolidação de uma produção agrícola diversificada, com destaque para cultivos tradicionais como inhame, macaxeira, jerimum, feijão, milho e mamão, que contribuem para a segurança alimentar e a sustentabilidade econômica das famílias. Além disso, a comunidade demonstrou significativa resiliência frente à intensa pressão de empreendimentos imobiliários, conseguindo preservar suas áreas de uso tradicional e manter sua autonomia produtiva e cultural.



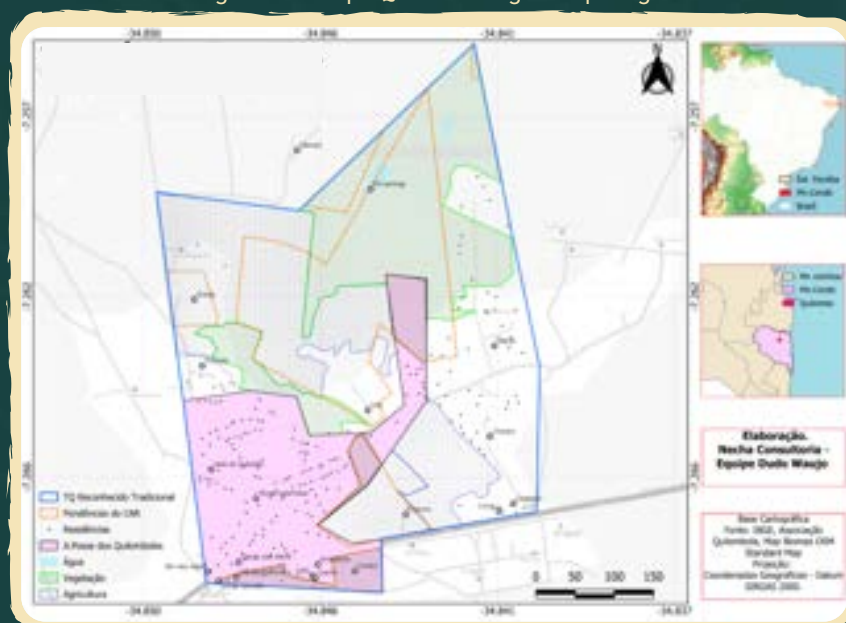
HISTÓRICO

O quilombo Negra de Ipiranga, localizado no município do Conde, no litoral sul da Paraíba, compartilha uma trajetória de resistência semelhante à do território vizinho de Gurugi. Composto por cerca de 200 famílias, recebeu em 2006 a certidão de autorreconhecimento pela Fundação Cultural Palmares (FCP), um marco importante na luta pelo reconhecimento de sua identidade e de seus direitos. No entanto, o processo de titulação definitiva das terras ainda está pendente, aguardando a finalização do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) pelo INCRA.

A agricultura é a principal atividade econômica da comunidade, sendo responsável pela subsistência e geração de renda das famílias locais. Muitos moradores atuam como feirantes, enquanto outros trabalham em bares e restaurantes da região litorânea, aproveitando o potencial turístico do município. Além disso, programas sociais como o Bolsa Família complementam a renda de diversas famílias. A especulação imobiliária, impulsionada pela valorização das terras na região, representa uma ameaça constante à permanência dos quilombolas em seu território.

A luta pela titulação das terras é vista pelas lideranças da comunidade como essencial para garantir a continuidade dos modos de vida quilombolas e a preservação da cultura local. A titulação coletiva impediria a fragmentação do território e a sua comercialização, fortalecendo a autonomia da comunidade frente às pressões externas. Além disso, permitiria o acesso a programas voltados ao desenvolvimento sustentável, à agricultura familiar e à preservação ambiental.

Figura 38 - Mapa Quilombo Negra de Ipiranga



Fonte: Necha consultoria equipe Dudo Waujo

Quilombo Negra de Ipiranga



Fonte: Elaborado pelo autor, Hilton Lucas, 2025.

AÇÃO

Na comunidade Negra do Ipiranga, o projeto FGTAQ desenvolveu oficinas de gestão territorial e ambiental, aplicando a metodologia FOFA para identificar forças, fragilidades e prioridades da comunidade. O diagnóstico foi produzido por meio de formulários socioambientais e territoriais, além de debates que consolidaram informações sobre famílias, práticas produtivas e desafios do território.

As ações definidas incluíram o georreferenciamento do território, o fortalecimento da associação comunitária por meio de subacordo para regularização documental e a construção do Plano Local de Gestão Territorial e Ambiental, que orientará a organização interna e a gestão sustentável do território.



Fonte: Elaborado pelo autor, Hilton Lucas, 2025.



RESULTADOS

A manutenção das atividades agrícolas tradicionais, que garantem a subsistência e a segurança alimentar da comunidade, além da inserção progressiva dos moradores em serviços e feiras locais, fortalecendo a economia comunitária e ampliando as oportunidades de geração de renda. Observa-se também o fortalecimento do autorreconhecimento enquanto comunidade quilombola, o que tem impulsionado a mobilização em torno da pauta pela proteção coletiva da terra, reafirmando a importância da preservação do território como espaço de vida, cultura e resistência.

Fonte: Elaborado pelo autor, Mylena Pereira, 2025.



RIO DE JANEIRO

Quilombo Campinho da Independência (Paraty, RJ)

HISTÓRICO

O quilombo Campinho da Independência, localizado a 20 km de Paraty-RJ, entre os povoados de Pedra Azul e Patrimônio, é banhado pelo Rio Carapitanga e cercado pela vegetação preservada da Mata Atlântica. Com origem no século XIX, foi fundado por três mulheres negras libertas- Antônia, Marcelina e Luiza, marcado pelo protagonismo feminino. Após a abolição, os trabalhadores passaram a ocupar as terras abandonadas pelos fazendeiros. A construção da rodovia Rios, sem consulta prévia, dividiu o território e intensificou a especulação imobiliária, gerando conflitos. A comunidade lutou por quase 30 anos pela titulação do território, conquistada em 1999, tornando-se o primeiro quilombo titulado do estado.

A comunidade valoriza a preservação ambiental e a sociobiodiversidade, integrando práticas agroecológicas, cultivo de sementes nativas e Turismo de Base Comunitária (TBC). Mesmo diante de ameaças externas, Campinho da Independência segue resistindo, promovendo o uso sustentável dos recursos naturais e lutando por trabalho, renda e valorização cultural.

A comunidade mantém vivas suas tradições por meio de manifestações como o jongo, o samba e o hip-hop, com destaque para o grupo Realidade Negra, pioneiro na valorização do hip-hop quilombola. Oficinas de cestaria, gastronomia e jongo fortalecem os laços culturais e intergeracionais. A agricultura tradicional, como os cultivos do arroz, milho e mandioca, sustenta a subsistência e reforça a identidade coletiva, sendo também fonte de renda por meio da comercialização de produtos locais.

Figura 42 - Mapa Quilombo Campinho da Independência



Fonte: Necha consultoria equipe Dudo Waujo

Quilombo Campinho da Independência



Fonte: Elaborado pelo autor, Mylena Pereira, 2025.

AÇÃO

No quilombo Campinho da Independência, o projeto FGTAQ desenvolveu ações centrais para o fortalecimento territorial e organizativo da comunidade. A oficina de gestão territorial e ambiental apresentou a PNGTAQ e aplicou a metodologia FOFA de forma participativa, permitindo que a própria comunidade definisse suas prioridades e estratégias. A importância do título coletivo — já garantido — foi reforçada como instrumento de proteção do território. Também houve uma palestra específica sobre protocolos de segurança para quilombolas sob ameaça, fortalecendo a defesa comunitária.



Fonte: Elaborado pelo autor, Mylena Pereira, 2025.



A evidência significativa da diversificação econômica no território, com o fortalecimento de atividades como agricultura, gastronomia local, Turismo de Base Comunitária (TBC), produção de cestaria, manifestações culturais como o jongo e a inserção de produtos tradicionais na merenda escolar. A comunidade também avançou na proteção da sociobiodiversidade, reafirmando seu compromisso com a preservação ambiental e a valorização dos saberes tradicionais.

Fonte: Elaborado pelo autor, Mylena Pereira, 2025.



RIO GRANDE DO SUL

Quilombo Armada (Canguçu, RS)

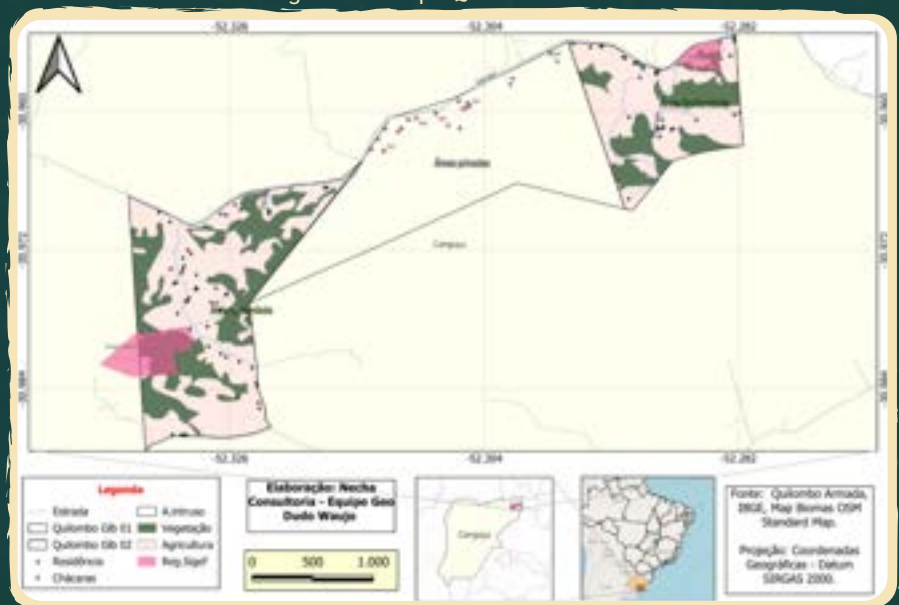
HISTÓRICO

O quilombo Armada está localizado em Canguçu-RS, a cerca de 490 km de Porto Alegre, e integra um conjunto de dez comunidades quilombolas no município. A comunidade tem sua economia baseada na agricultura familiar, mas ainda enfrenta desafios na luta pelo reconhecimento territorial. Embora já tenha sido certificada pela Fundação Cultural Palmares (FCP) o processo de regularização fundiária está paralisado no INCRA, o que limita o acesso a direitos e políticas públicas específicas.

A história da comunidade está profundamente ligada à memória oral e à resistência negra. Miguel Ribeiro, morador do Quilombo Cerro das Velhas, localizado no 5º distrito da localidade de Armada, relata que o nome da comunidade tem origem em uma narrativa do período escravocrata, quando duas mulheres deixaram suas terras como herança para um casal de ex-escravizados. Hoje, Cerro das Velhas reúne 22 famílias em uma área de 92 hectares, preservando vínculos históricos e culturais que fortalecem a identidade quilombola.

A agricultura é a principal atividade econômica da comunidade, com destaque para o cultivo de milho, feijão, batata-doce, mandioca e hortaliças, além da criação de bovinos, caprinos e suínos. Alguns moradores também atuam como diaristas em fazendas da região, especialmente na produção de tabaco. No entanto, eventos climáticos extremos, como chuvas intensas e inundações, têm afetado a produção agrícola, evidenciando a vulnerabilidade da comunidade frente às mudanças climáticas e a necessidade de políticas de apoio à agricultura familiar e à preservação ambiental.

Figura 46 - Mapa Quilombo Armada



Fonte: Necha consultoria equipe Dudo Waujo

Quilombo Armada



Fonte: Elaborado pelo autor, Mylena Pereira, 2025.

AÇÃO

Foram realizadas ações voltadas à regularização associativa, à manutenção de sistemas produtivos frente a eventos extremos, bem como ao encaminhamento de processos para a regularização fundiária, visando fortalecer a organização comunitária e garantir a sustentabilidade dos territórios.



Fonte: Elaborado pelo autor, Mylena Pereira, 2025.



RESULTADOS

Destaca-se a continuidade das atividades produtivas, ainda que com perdas ocasionadas pelas enchentes, além da identificação de demandas relacionadas à adaptação climática e à necessidade de titulação dos territórios.

Fonte: Elaborado pelo autor, Mylena Pereira, 2025.



SÃO PAULO

Quilombo Caçandoca (Ubatuba, SP)
Quilombo São Pedro (Eldorado/Ipironga, SP)

HISTÓRICO

O quilombo Caçandoca está localizado na região praiana de Ubatuba-SP, no litoral norte de São Paulo, é formado por cerca de 90 famílias. A comunidade ocupa uma área de 890 hectares, que inclui praias e sertões, como Caçandoca, Caçandoquinha, Bairro Alto, Saco da Raposa e Praia do Simão. Em 2003, tornou-se o primeiro quilombo do Brasil a conquistar um decreto de desapropriação por interesse social, embora a área reconhecida represente apenas metade do território tradicionalmente reivindicado.

A história da comunidade está ligada à antiga Fazenda Caçandoca, cujas terras foram ocupadas por quilombolas após a abolição. No entanto, ao longo dos anos, os moradores enfrentaram ameaças e violências por parte de grileiros ligados a interesses imobiliários. Em 1998, diante de uma ordem judicial de reintegração de posse favorável aos invasores, ex-moradores decidiram acampar e retomar parte das terras ancestrais como forma de resistência, iniciando o processo de reconhecimento como comunidade quilombola.

A luta pela titulação do território é marcada por mobilização política e pela defesa dos direitos garantidos pela Constituição Federal de 1988. Apesar das conquistas, a comunidade ainda enfrenta desafios relacionados à preservação de suas terras e à valorização de sua cultura. A presença de condomínios de luxo em áreas que antes pertenciam aos quilombolas evidencia os conflitos fundiários e a necessidade de fortalecer políticas públicas que assegurem a permanência e o bem viver da comunidade de Caçandoca em seu território.

Figura 50 - Mapa Quilombo Caçandoca



Fonte: Necha consultoria equipe Dudo Waujo

Quilombo
Caçandoca



Fonte: Elaborado pelo autor, Mylena Pereira, 2025.

AÇÃO

Na comunidade de Caçandoca, o projeto FGTAQ realizou uma oficina de GTA e diagnóstico com e diálogos com lideranças e moradores sobre titulação, conservação da vegetação nativa, turismo comunitário e infraestrutura. As discussões permitiram identificar prioridades. Foi desenvolvido a atualização do georreferenciamento do território, incluindo áreas anexadas e novos pontos de interesse.



Fonte: Elaborado pelo autor, Mylena Pereira, 2025.



RESULTADOS

Destaca-se os avanços significativos na proteção territorial, com a consolidação de estratégias comunitárias voltadas à defesa e ao uso sustentável do território. Houve a manutenção de práticas tradicionais, como a pesca artesanal, a agricultura de subsistência e as atividades culturais, que seguem fortalecendo a identidade e a economia local. Além disso, está em curso o ordenamento para o uso público das praias, visando garantir o acesso comunitário, preservar o meio ambiente e promover o turismo de forma responsável e inclusiva.

Fonte: Elaborado pelo autor, Hilton Lucas, 2025.

HISTÓRICO

O quilombo São Pedro está localizado entre os municípios de Eldorado e Ipiranga, à margem do Rio Ribeira do Iguape, e ocupa uma área de 4.692 hectares. Sua origem remonta a 1833, com a chegada de Bernardo Furquim, homem negro em fuga do sistema escravocrata, que estabeleceu as bases da comunidade por meio do cultivo de alimentos e da resistência territorial. Ao longo das gerações, o quilombo se consolidou como espaço de memória, espiritualidade e luta coletiva, sendo oficialmente reconhecido pelo INCRA em 2016 após décadas de mobilização.

A agricultura tradicional é o centro da vida comunitária, com destaque para a roça de coivara, sistema ancestral que respeita os ciclos da natureza. Integrado ao Sistema Agrícola Tradicional Quilombola do Vale do Ribeira, o território abriga mais de 240 variedades de alimentos e ervas medicinais. Além do cultivo, a comunidade realiza extração sustentável de recursos florestais e mantém práticas culturais como jongo, capoeira e rezas, transmitidas pela oralidade e fortalecidas por lideranças como Luiz Marcos de França Dias, que atua na educação quilombola e na valorização da identidade socio- cultural.

Apesar das conquistas, o quilombo enfrenta ameaças ambientais e estruturais, como restrições impostas por legislações que ignoram suas práticas tradicionais, além da falta de políticas públicas adequadas. A tentativa de instalação da Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto, barrada em 2016, exemplifica os riscos enfrentados. A comunidade denuncia o racismo ambiental e reafirma que sua luta é pela vida, pela natureza e por um modelo de desenvolvimento coletivo, sustentável e enraizado na ancestralidade quilombola.

Figura 54 - Mapa Quilombo Caçandoca



Fonte: Necha consultoria equipe Dudo Waujo

Quilombo
São Pedro



Fonte: Elaborado pelo autor, Hilton Lucas, 2025.

AÇÃO

no quilombo de São Pedro, o projeto FGTAQ realizou uma oficina de gestão territorial e ambiental, apresentando a PNGTAQ e aplicando a metodologia FOFA para definir prioridades e estratégias da comunidade. As atividades incluíram visitas às áreas de produção, com orientações técnicas sobre pupunha, banana e hortaliças, além de debates sobre o CAR e riscos como sobreposição de cadastros e exploração mineral. Além disso foi desenvolvido e atualizado o georreferenciamento.



Fonte: Elaborado pelo autor, Mylena Pereira, 2025.



Fonte: Elaborado pelo autor, Hilton Lucas, 2025.

A consolidação de cadeias produtivas sustentáveis, por meio do cultivo rotativo de arroz, milho, feijão, banana e mandioca, integradas à produção artesanal com taquara e cipós, fortalecendo a economia local e os saberes tradicionais. Além disso, a comunidade reafirmou a compatibilidade entre o uso tradicional do território e a conservação ambiental, demonstrando que é possível aliar práticas ancestrais de manejo com a preservação dos ecossistemas.



USO E PRESERVAÇÃO DOS TERRITÓRIOS

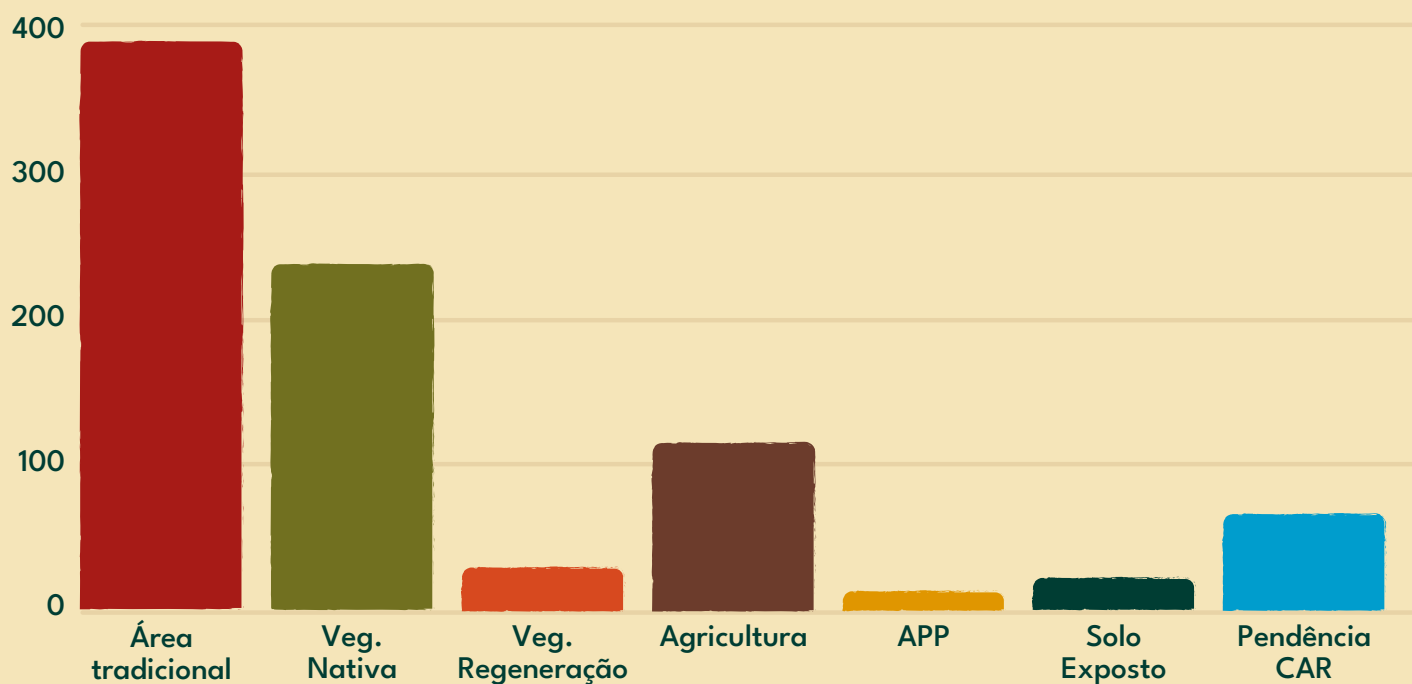
Memorial quantitativo de uso e
cobertura da terra (em hectares)

Quilombo Jericó - BA

O LEVANTAMENTO TERRITÓRIO MAPEOU:



Esses números revelam um índice elevadíssimo de cobertura vegetal, o que representa uma grande riqueza ambiental para a comunidade.



Quilombo Saco das Almas - MA

O GEORREFERENCIAMENTO REVELOU QUE O TERRITÓRIO POSSUI UM ÍNDICE ELEVADO DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL, COM **92%** DE SUA ÁREA COMPOSTA POR VEGETAÇÃO NATIVA OU EM REGENERAÇÃO

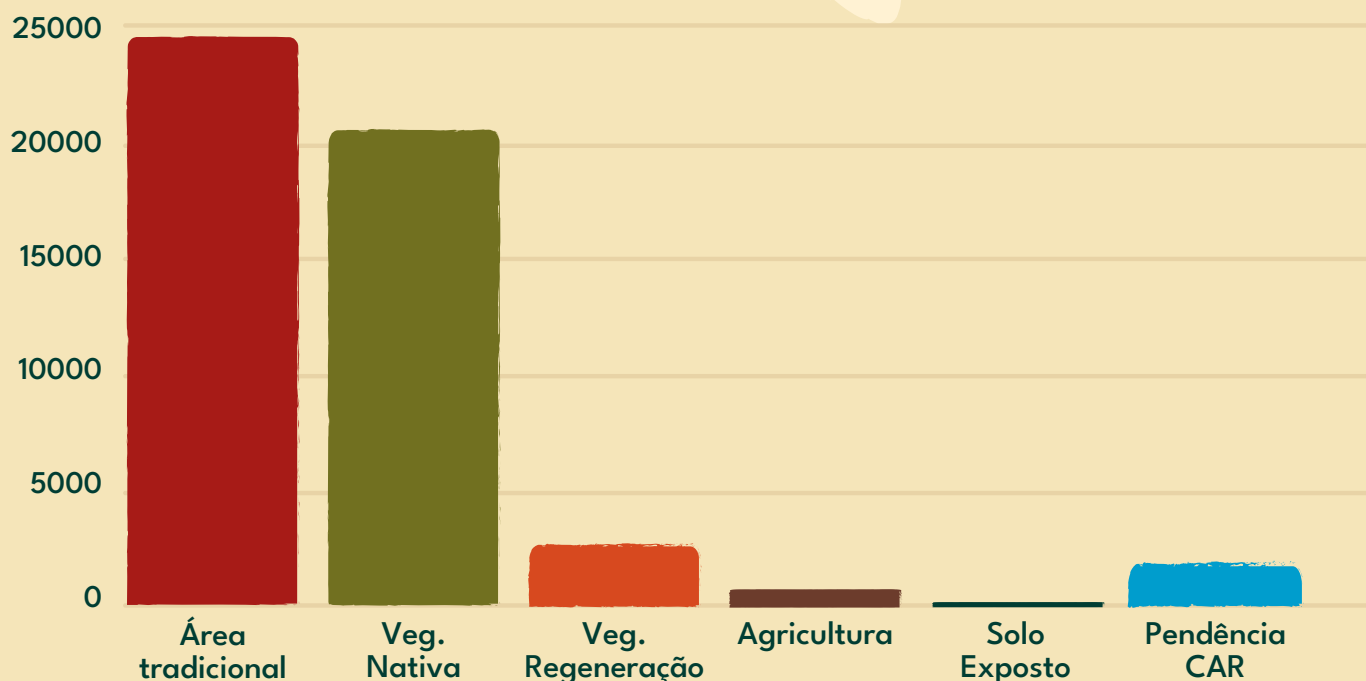
SÃO
20.179
HECTARES DE MATA CONSERVADA

2.700
HECTARES EM REGENERAÇÃO

E APENAS

717 HECTARES
DESTINADOS À
AGRICULTURA

UM TOTAL DE
24.658
HECTARES



Quilombo Peixes - MA

O GEORREFERENCIAMENTO MOSTROU QUE APENAS **29%** DO TERRITÓRIO RECONHECIDO ESTÁ SOB POSSE DOS QUILOMBOLAS, O QUE EQUIVALE A:

297
HECTARES

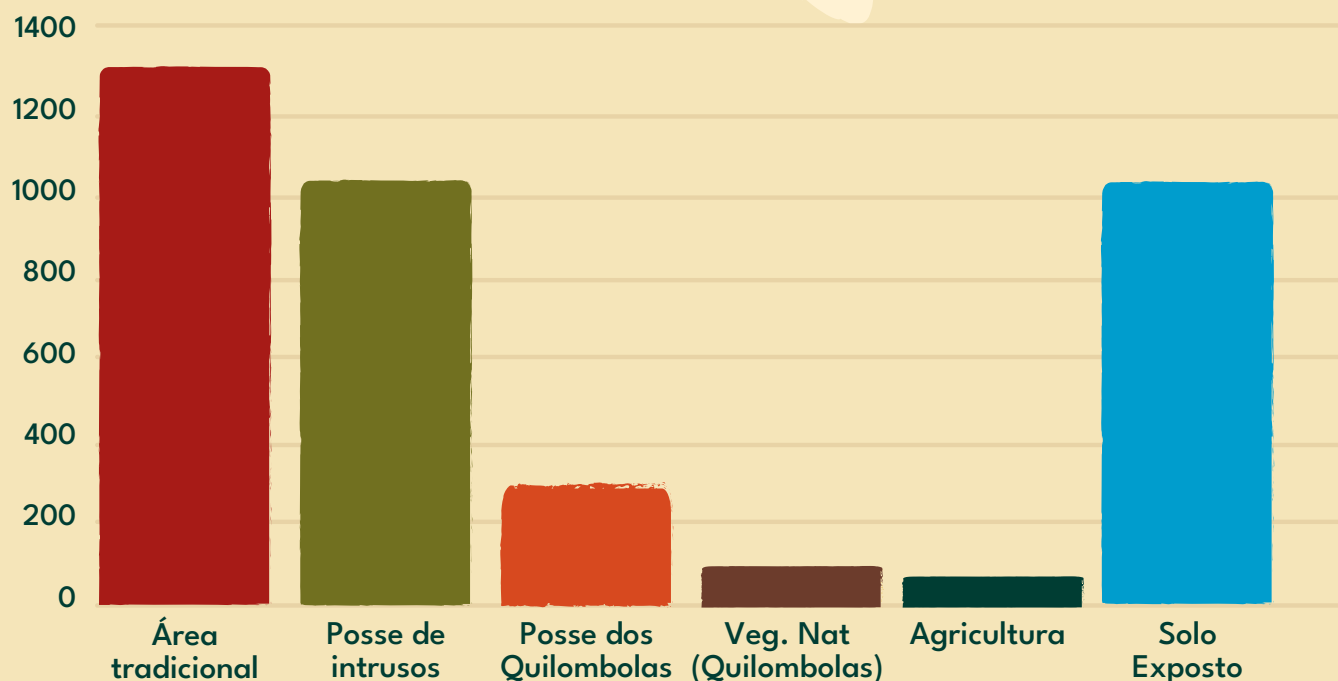
DESSE TOTAL, PARTE É DESTINADA À AGRICULTURA E OUTRA PRESERVA FRAGMENTOS DE VEGETAÇÃO NATIVA, SOMANDO:

95
HECTARES

JÁ A MAIOR PARTE DO TERRITÓRIO

(1.039 ha)

ENCONTRA-SE OCUPADA POR INTRUSOS OU GRILEIROS, EM INTENSO PROCESSO DE DEVASTAÇÃO.



Quilombo Queimadas - CE

DOS **8.276** HECTARES
DO TERRITÓRIO
TRADICIONALMENTE
GEORREFERENCIADO,

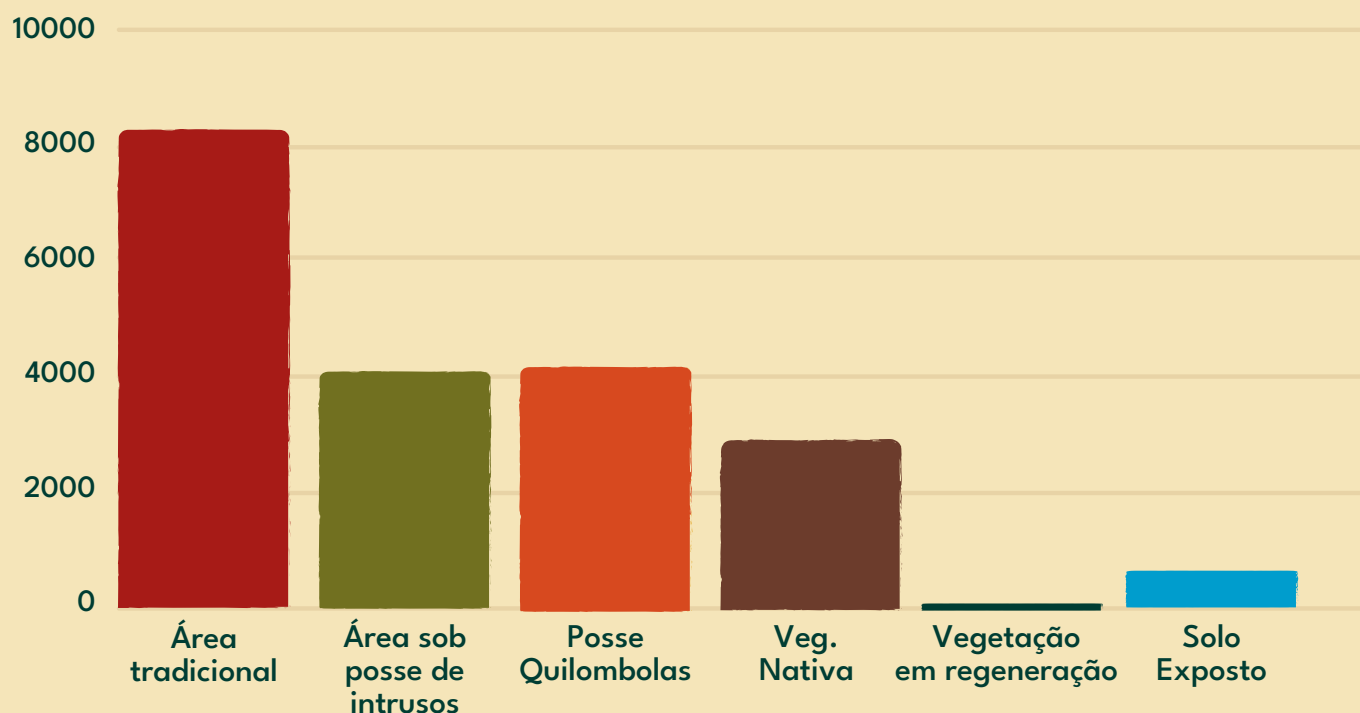
4.100

HECTARES ESTÃO SOB DOMÍNIO DE
TERCEIROS, EVIDENCIANDO A PRESSÃO
SOBRE A COMUNIDADE.

A VEGETAÇÃO NATIVA
ENCONTRADA TOTALIZOU

2.899

HECTARES, DESTACANDO-SE COMO UM
PATRIMÔNIO AMBIENTAL IMPORTANTE
A SER PRESERVADO E VALORIZADO.



Quilombo Campinho da Independência - RJ

O TERRITÓRIO TRADICIONALMENTE
RECONHECIDO ABRANGE:

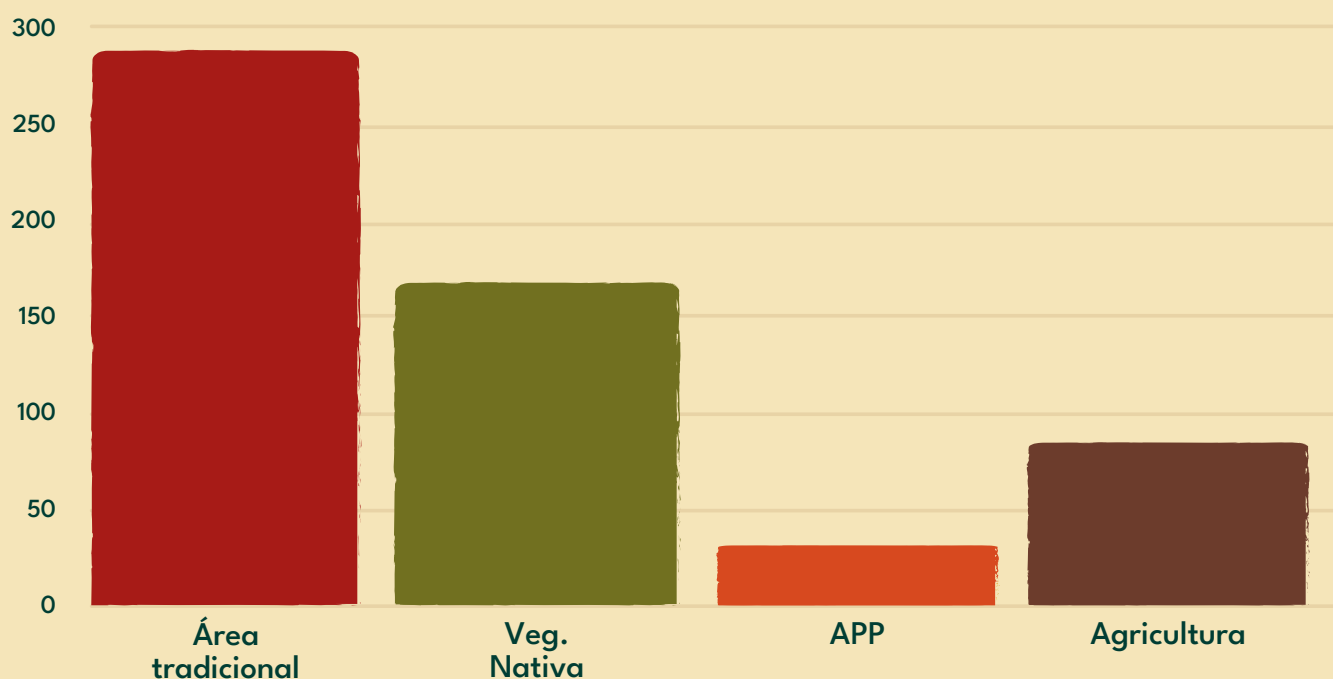
288
HECTARES

SENDO
169
VEGETAÇÃO NATIVA

32
HECTARES DE APP

87 HECTARES
DESTINADOS À
AGRICULTURA.

O georreferenciamento evidencia a importância da preservação ambiental e da manutenção do uso sustentável do território.



Quilombo São Pedro - ES

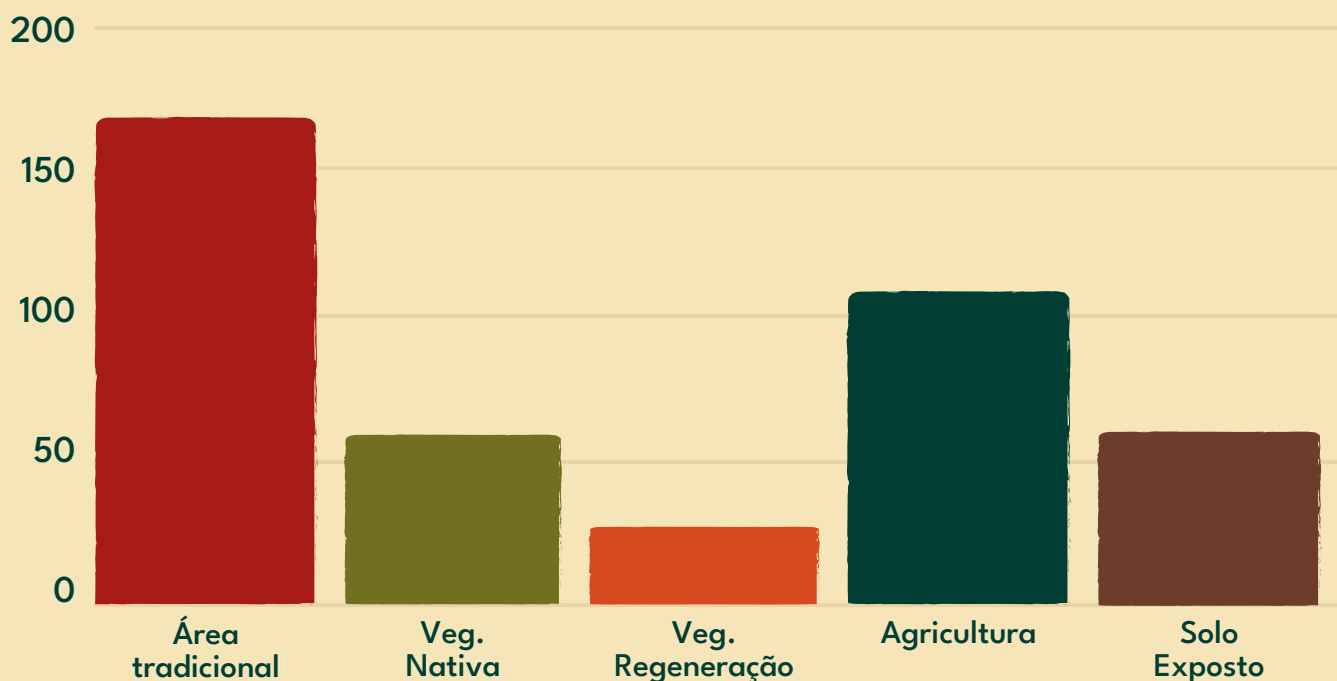
FOI IDENTIFICADO PELO PROJETO O DADO QUE **54,9%** DO SOLO ESTÁ EXPOSTO, A AGRICULTURA OCUPA GRANDE PARTE DA ÁREA E A VEGETAÇÃO NATIVA É QUASE EXISTENTE RESTANDO APENAS

188ha
EM REGENERAÇÃO

OS PRINCIPAIS DESAFIOS SÃO O AVANÇO AGRÍCOLA, O RISCO DE EROSÃO E A PENDÊNCIA NO

CAR (100%)

CAMINHOS INCLUEM REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL, RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS E INCENTIVO À AGROFLORESTA MOBILIZADOS PELO PROJETO FGTAQ.



Quilombo São Cristóvão - ES

O LEVANTAMENTO DO TERRITÓRIO MOSTROU QUE

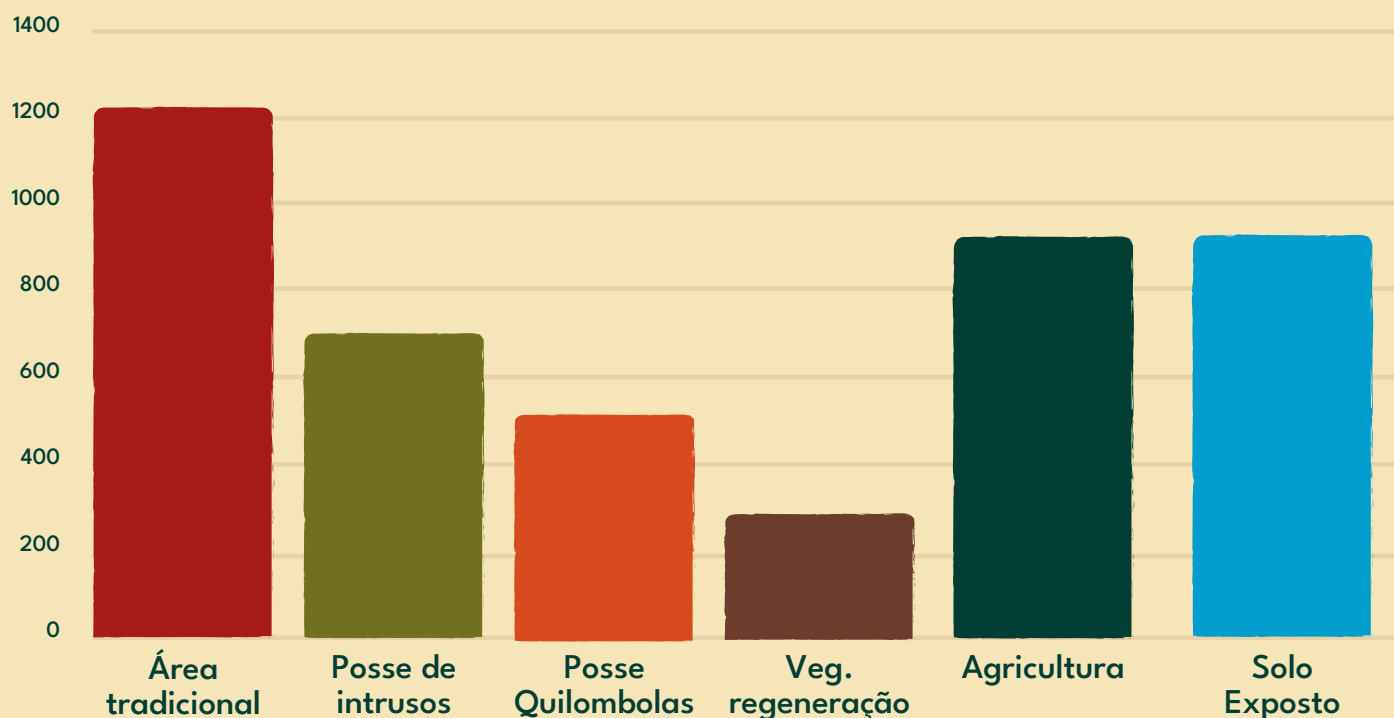
54,91%

DO SOLO ESTÁ DESPROTEGIDO

76%

DA ÁREA É
UTILIZADA PARA
AGRICULTURA.

A vegetação nativa encontra-se atualmente apenas em fragmentos, destacando a importância das ações do projeto para recuperação e aumento da cobertura vegetal.



Quilombo Mesquita - GO

O GEORREFERENCIAMENTO IDENTIFICOU QUE

70%

DO TERRITÓRIO ESTÁ SOB
POSSE DA COMUNIDADE E

30%

SOB POSSE DE INTRUSOS

A VEGETAÇÃO
NATIVA TOTALIZA

321

HECTARES

ENQUANTO

1.711

HECTARES CORRESPONDEM A ÁREA DE
PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP).



Quilombo São Pedro - SP

O TERRITÓRIO TRADICIONALMENTE RECONHECIDO ABRANGE

4.687
HECTARES

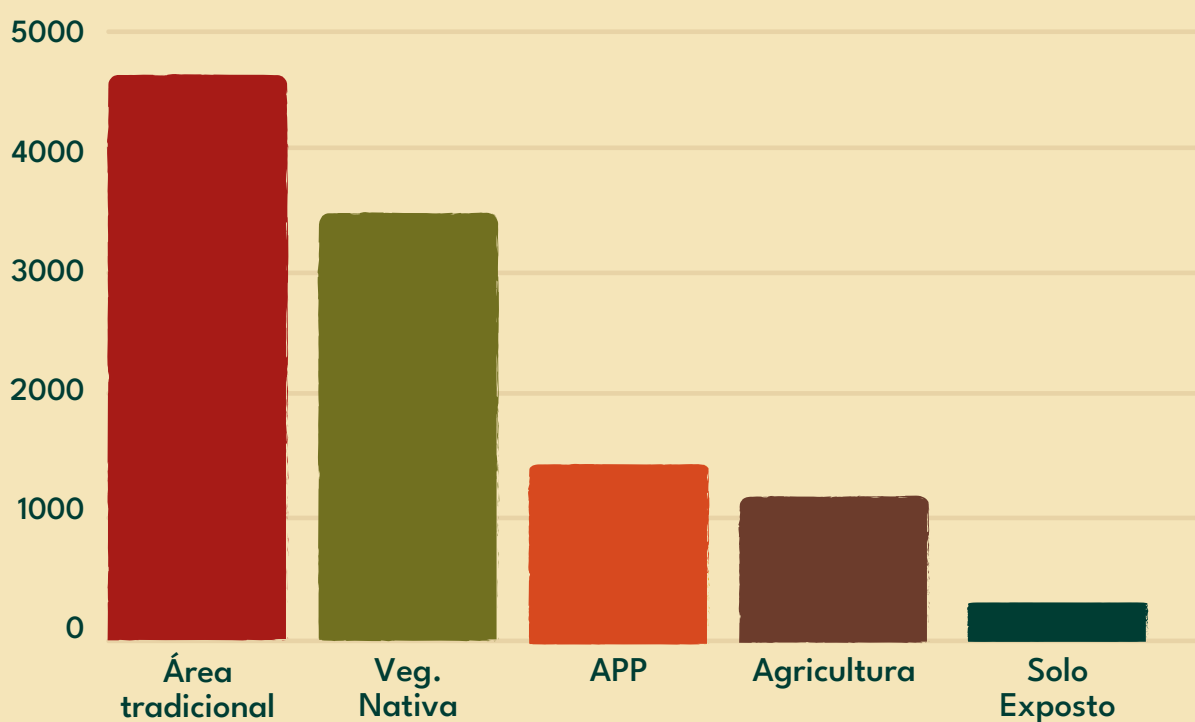
SENDO

3.512

HECTARES DE
VEGETAÇÃO NATIVA,
INCLUINDO **55%** DE
ÁREA DE PRESERVAÇÃO
PERMANENTE (APP)

1.175

HECTARES DESTINADOS
À AGRICULTURA
AGROECOLÓGICA E
SUSTENTAVEL



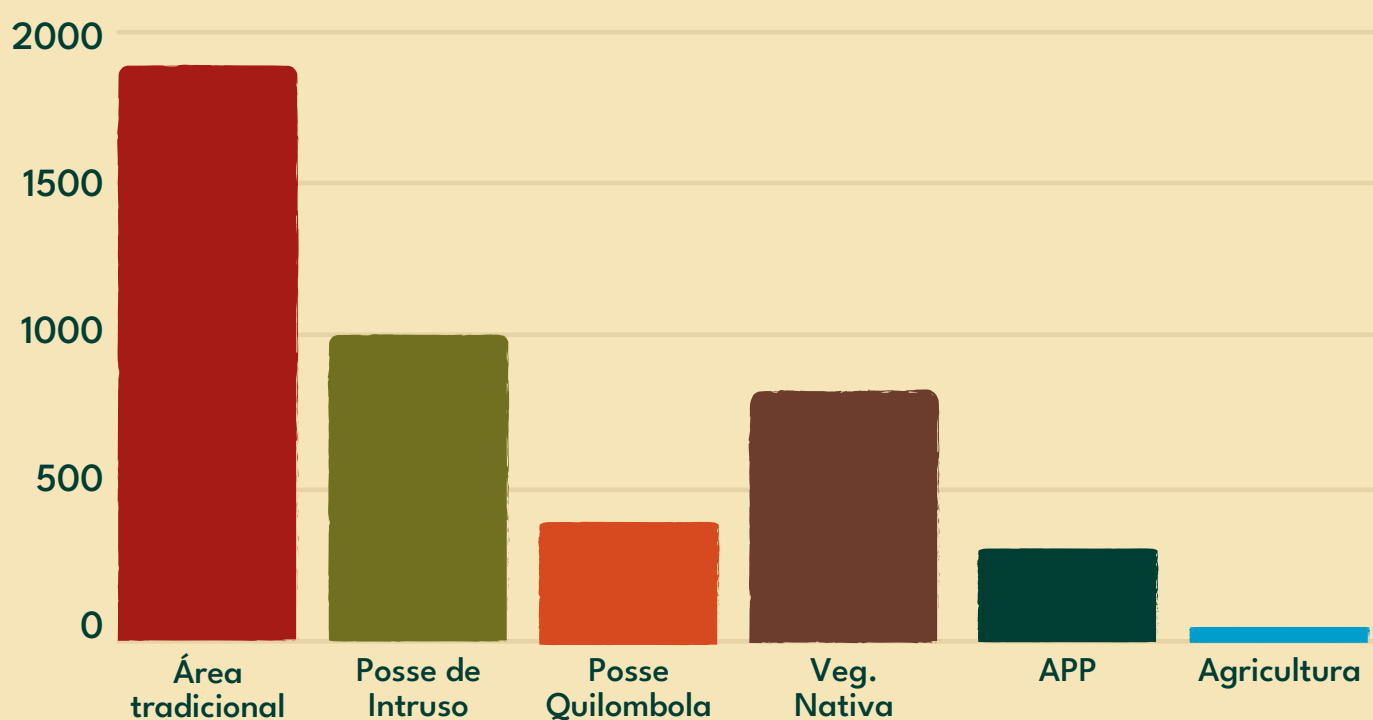
Quilombo Caçandoca - SP

O TERRITÓRIO TRADICIONALMENTE RECONHECIDO ABRANGE

1.894
HECTARES

DOS QUAIS
880
HECTARES FORAM
GEORREFERENCIADOS
PELO INCRA

E ATUALMENTE
394
HECTARES ESTÃO
EFETIVAMENTE SOB
POSSE DA COMUNIDADE
QUILOMBOLA.



Quilombo Mata Cavalo - MT

(informações gerais incluindo as 7 comunidades)

O TERRITÓRIO ABRANGE

14.767

HECTARES

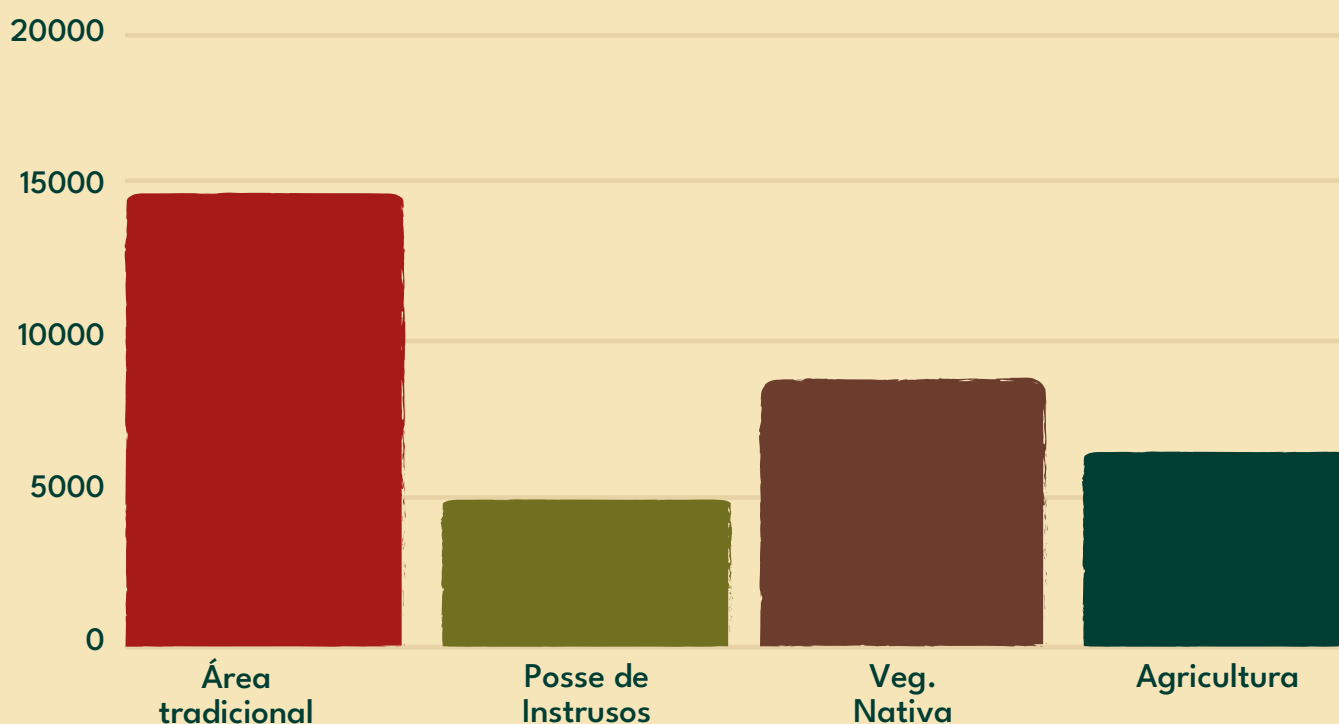
60%

DE VEGETAÇÃO NATIVA

62%

SOB POSSE DE INTRUSOS

A análise evidencia a pressão externa sobre as comunidades, reforçando a necessidade de ações que fortaleçam a autonomia quilombola, protejam os recursos naturais e promovam a sustentabilidade ambiental e cultural do território



Quilombo Gurugi - PB

O TERRITÓRIO TRADICIONALMENTE RECONHECIDO ABRANGE

1.106,56
HÉCTARES

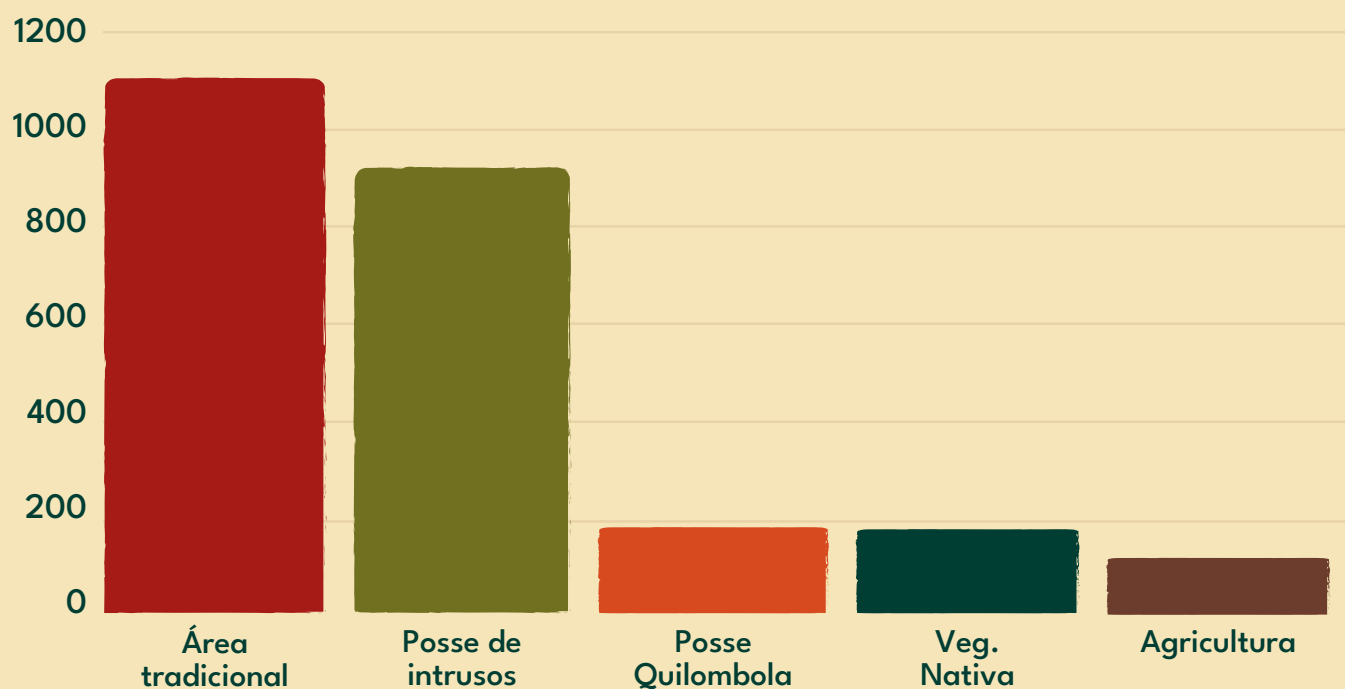
DOS QUAIS APENAS

180,20
HÉCTARES ESTÃO SOB POSSE
EFETIVA DOS QUILOMBOLAS.

A MAIOR PARTE DA ÁREA

926,20

HÉCTARES, ENCONTRA-SE OCUPADA
POR INTRUSOS OU TERCEIROS.



Quilombo Negra do Ipiranga - PB

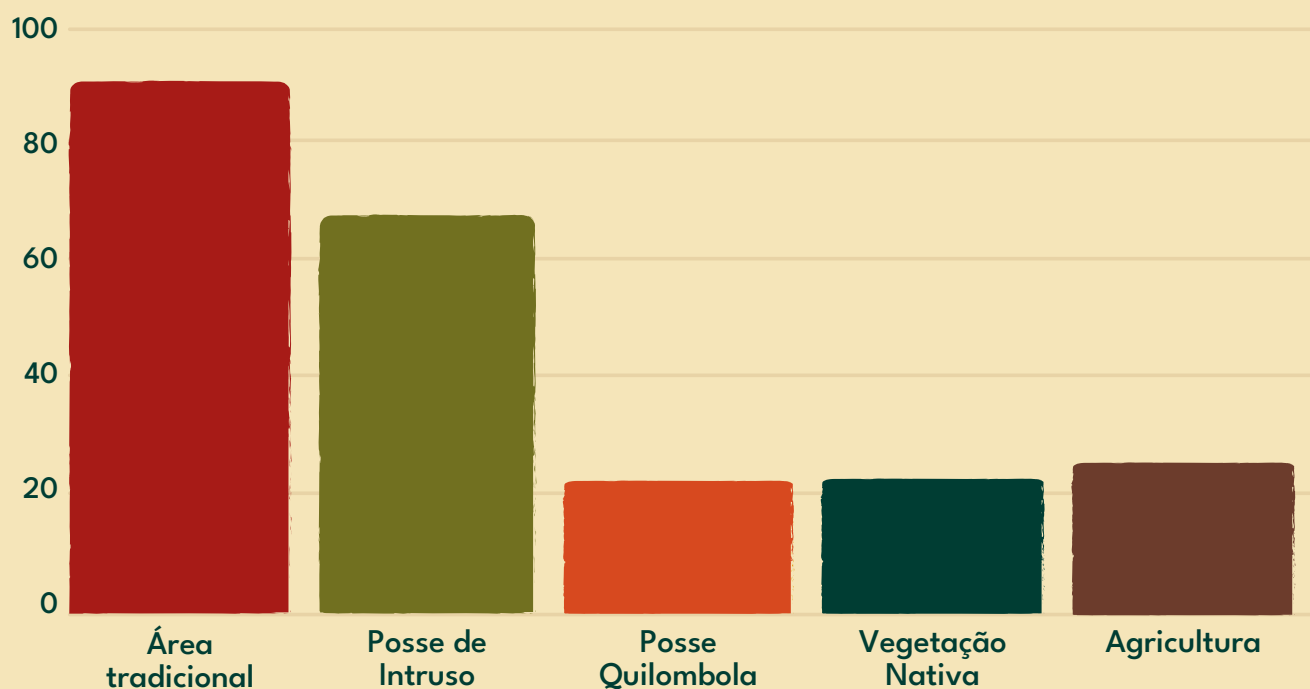
O TERRITÓRIO TRADICIONALMENTE RECONHECIDO ABRANGE



A VEGETAÇÃO
NATIVA
CORRESPONDE A

26%
DO TERRITÓRIO

evidenciando a pressão sobre os recursos naturais e a urgência de ações para fortalecer a autonomia territorial e preservar os modos de vida e a cultura quilombola.



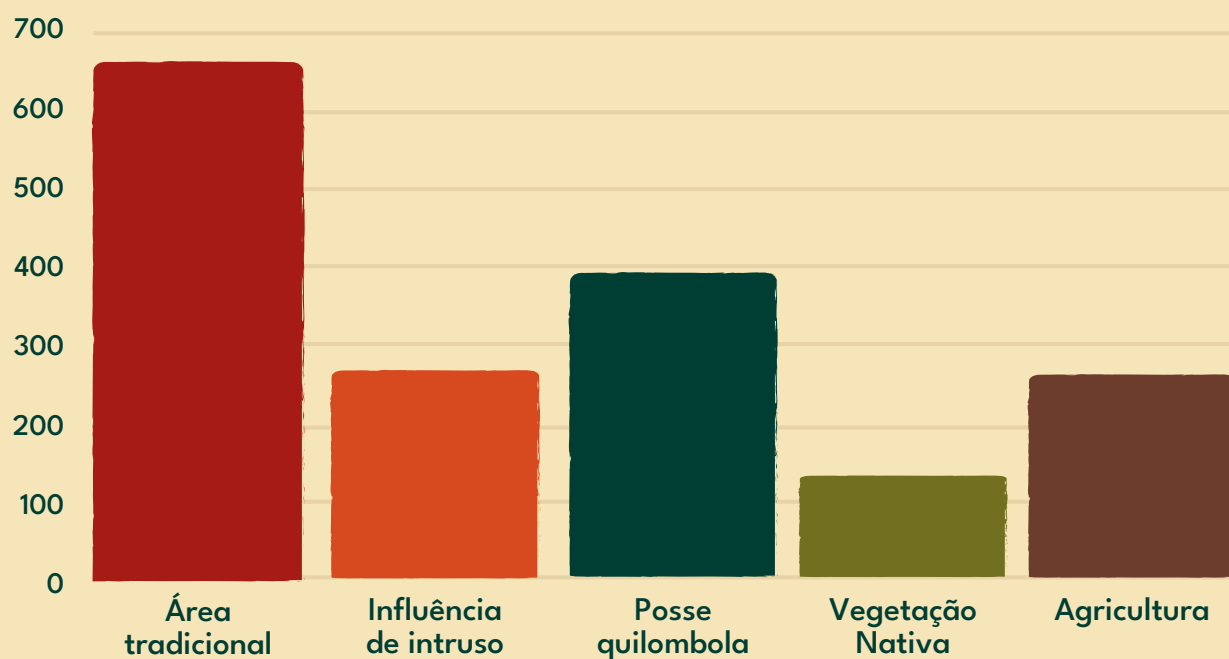
Quilombo Armada - RS

O TERRITÓRIO TRADICIONALMENTE RECONHECIDO POSSUI

665
HECTARES

59%
ESTÃO SOB POSSE EFETIVA DA
COMUNIDADE QUILOMBOLA.

A área enfrenta fragmentação devido à presença de propriedades particulares e invasões, o que compromete a subsistência e a preservação cultural.



Quilombo Carrapatos da Tabatinga - MG

O TERRITÓRIO GEORREFERENCIADO
ABRANGE **68,36** HECTARES

DOS QUAIS

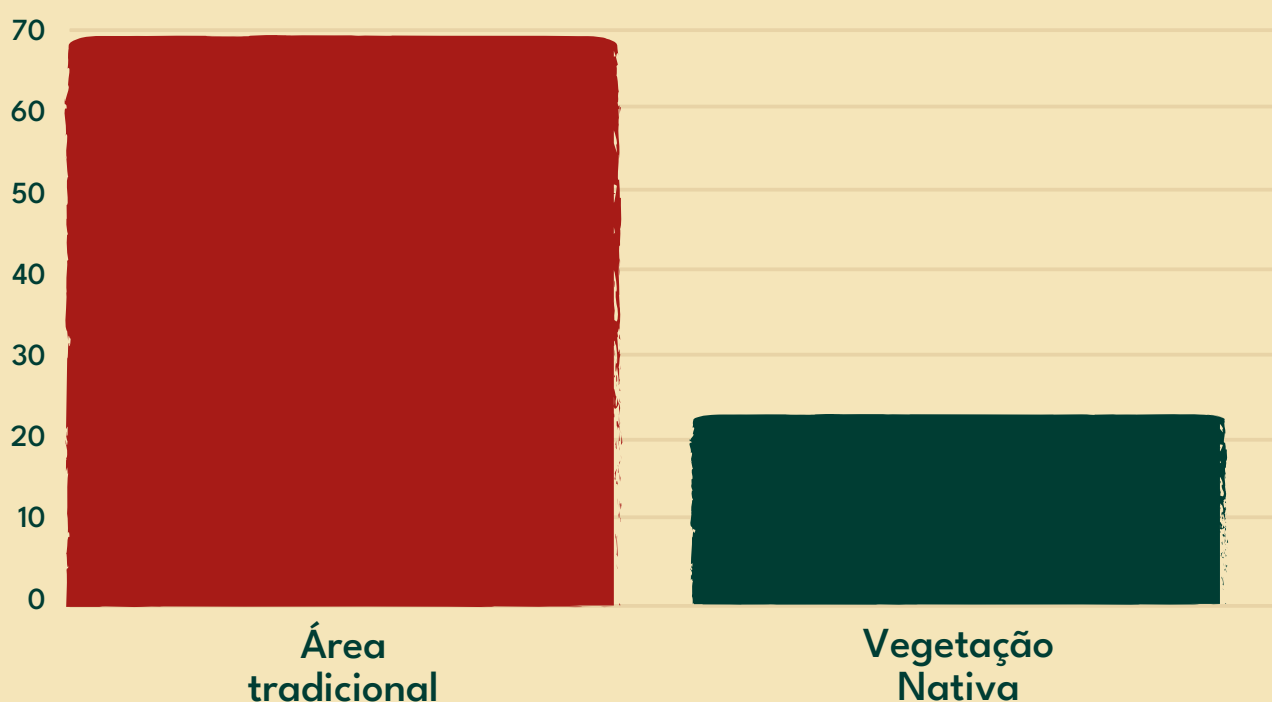
20,48

HECTARES MANTÊM COBERTURA
DE VEGETAÇÃO NATIVA

ISSO SIGNIFICA QUE CERCA DE

30%

DA ÁREA PRESERVA FRAGMENTOS
DE MATA ORIGINAL, ENQUANTO O
REstante SOFRE FORTE PRESSÃO
DA EXPANSÃO URBANA.



Quilombo Cachoeira dos Forros - MG

O TERRITÓRIO ABRANGE **766,38** HECTARES

DOS QUAIS

199,34

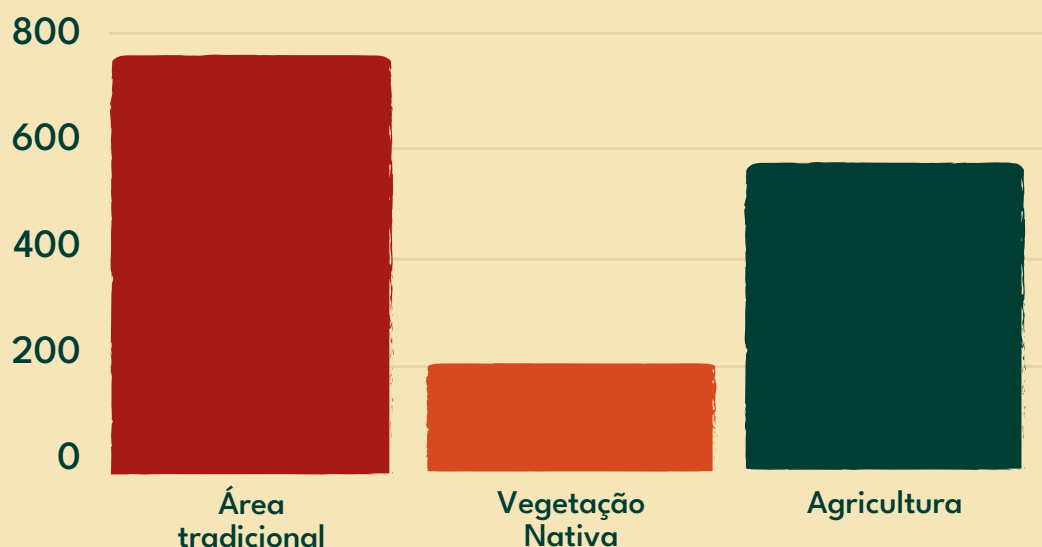
HECTARES MANTÊM
VEGETAÇÃO NATIVA

ENQUANTO A MAIOR PARTE

567

HECTARES, É DESTINADA
À AGRICULTURA.

O uso intensivo do solo evidencia a pressão sobre os recursos naturais e a necessidade de políticas públicas voltadas à regularização fundiária, à ampliação das áreas protegidas



DESAFIOS NACIONAIS

As comunidades quilombolas analisadas enfrentam um conjunto de desafios nacionais que se repetem em diferentes biomas e contextos regionais: morosidade fundiária, pressão de mercados imobiliários e agrários, violência e criminalização de lideranças, degradação ambiental por desmatamento e agrotóxicos, insuficiência de políticas públicas e infraestrutura e, em alguns casos, impactos de eventos climáticos extremos. Em resposta, as soluções comunitárias combinam autodefesa territorial, organização associativa, manejo produtivo tradicional de baixa emissão, mobilização jurídica e redes de incidência, compondo um repertório de governança local ancorado na proteção de bens comuns e na geração de renda com conservação.

A insegurança territorial permanece como um dos principais desafios enfrentados pelas comunidades quilombolas, agravada pela morosidade nos processos de Certificação de Reconhecimento pela Fundação Cultural Palmares e de titulação pelo INCRA — desde a elaboração dos Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) até a emissão dos títulos definitivos. A ausência de decretos de desapropriação e registros fundiários expõe os territórios à grilagem, despejos e sobreposição de usos, comprometendo a estabilidade e a permanência das comunidades em seus espaços tradicionais.

Em Mata Cavalo de Cima (MT) e Mutuca (MT), o histórico de ameaças e despejos revela a gravidade da situação, enquanto em Mesquita (GO), a especulação imobiliária e a concessão de licenças sobre áreas reivindicadas evidenciam os conflitos em contextos urbanos e metropolitanos. Diante desse cenário, as comunidades têm respondido com a consolidação de associações, ações de incidência junto a órgãos públicos, conquistas judiciais que garantem a continuidade dos processos de reconhecimento e a titulação definitiva, além da construção de pactos internos de uso e vigilância territorial, como estratégias de resistência e afirmação de seus direitos.

A pressão do agronegócio e de empreendimentos correlatos se expressa em desmatamento, contaminação por agroquímicos, extração ilegal de madeira, pastagens e monocultivos nas zonas do entorno. Em Saco das Almas (MA), a expansão da soja e os efeitos sobre água, solos e fauna são registrados pelas lideranças; em São Pedro (ES), a presença de eucalipto e insumos químicos nas propriedades vizinhas impõe transições produtivas; em Caçandoca (SP) e Gurugi/Negra de Ipiranga (PB), a especulação imobiliária e o turismo predatório tensionam restingas e florestas costeiras.

As soluções comunitárias incluem monitoramento social de impactos, defesa de Áreas de Preservação Permanente (APP) e nascentes, protocolos de uso, negociação por transição produtiva com vizinhos, e ativação de cadeias de valor alinhadas à conservação (babaçu, mandioca, arroz tradicional, cacau e banana).

A violência no campo e as constantes ameaças contra lideranças quilombolas seguem como entraves estruturantes à efetivação dos direitos territoriais e à continuidade dos processos de gestão comunitária. Em territórios como Mutuca (MT), Caçandoca (SP) e Peixes (MA), os registros de intimidações, perseguições e despejos evidenciam o risco enfrentado por lideranças e comunidades que lutam pela permanência em seus territórios. Esses ataques comprometem a participação ativa das populações quilombolas e fragilizam os avanços conquistados.

Como resposta, têm sido implementadas estratégias de proteção, como a formalização de protocolos comunitários, o fortalecimento de redes de apoio com a CONAQ e outras organizações parceiras, e a ampliação da visibilidade pública das denúncias, contribuindo para o enfrentamento da impunidade e a mobilização por garantias institucionais. Paralelamente, a juventude e as mulheres vêm assumindo papéis centrais na multiplicação de saberes, na articulação política e na coordenação de ações coletivas, fortalecendo a coesão interna e a capacidade de resistência das comunidades.

A insuficiência de políticas públicas e de infraestrutura básica, como assistência técnica e extensão rural (ATER), estradas, educação e serviços essenciais, tem impactado diretamente a produtividade e a conservação ambiental em diversos territórios quilombolas. Esse cenário é especialmente crítico em áreas do território de Mata Atlântica e da comunidade Jericó (BA), onde se desenvolvem cadeias produtivas de cacau, banana e graviola, e no território Sapê do Norte (ES), marcado por desafios históricos de acesso a direitos.

Diante dessas limitações, as comunidades têm construído respostas coletivas, como a realização de oficinas participativa, a defesa de uma ATER diferenciada e contextualizada, a organização de agroindústrias de pequeno porte, incluindo casas de farinha, unidades de beneficiamento de babaçu e laticínios artesanais, além da ampliação do acesso a políticas de compras públicas e ao turismo de base comunitária. Essas iniciativas têm contribuído para a geração de múltiplas fontes de renda com baixo impacto ambiental, fortalecendo a autonomia econômica e a sustentabilidade dos territórios.

Os eventos climáticos extremos, como as enchentes que atingiram a comunidade de Armada (RS), têm evidenciado profundas vulnerabilidades em infraestrutura, logística e sistemas produtivos nos territórios quilombolas. Esses fenômenos intensificam os riscos socioambientais e comprometem a segurança alimentar, a mobilidade e a continuidade das atividades econômicas locais. Como resposta, as comunidades têm desenvolvido estratégias de adaptação, incluindo o planejamento de ações como sistemas de drenagem, conservação de solos e armazenamento de água, além da elaboração de protocolos comunitários de resposta a emergências.

A manutenção de sistemas produtivos diversificados e resilientes tem sido fundamental para mitigar perdas e acelerar os processos de recuperação. Essas iniciativas se articulam com ações de restauração de Áreas de Preservação Permanente (APP) e matas ciliares, que desempenham papel essencial na contenção da erosão e na prevenção de novas enchentes, reforçando a relação entre conservação ambiental e segurança territorial.

Por fim, persistem desafios regulatórios que desconsideram os modos de vida e as práticas tradicionais das comunidades quilombolas, dificultando o planejamento territorial de longo prazo. Um exemplo emblemático ocorre no Vale do Ribeira (SP), onde há entraves para compatibilizar o uso da coivara, técnica ancestral de manejo agrícola, com as normas que regem as Áreas de Preservação Permanente (APP). Em resposta, as comunidades têm construído soluções próprias, como a pactuação de regimes de manejo tradicional reconhecidos institucionalmente, que articulam os saberes locais com critérios técnicos.

Essa abordagem busca legitimar o uso tradicional como estratégia eficaz de conservação ambiental e de segurança alimentar. Assim, diante de desafios recorrentes e soluções emergentes, o eixo central das ações comunitárias permanece na consolidação dos direitos territoriais e da governança própria, como base para a proteção dos ecossistemas, a geração de renda e o fortalecimento da resiliência climática, alinhando o exercício pleno da cidadania quilombola à conservação do Cerrado e da Mata Atlântica.

CONTRIBUIÇÕES PARA MITIGAÇÃO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

As comunidades quilombolas apresentadas no diagnóstico preliminar desempenham um papel estratégico na mitigação das mudanças climáticas, por meio da conservação e restauração da cobertura vegetal nativa, da proteção dos recursos hídricos e dos solos, e da manutenção de economias de baixo carbono. Essas contribuições são resultado de uma combinação entre práticas de manejo tradicional, atividades agroextrativistas e ações de incidência política voltadas à titulação dos territórios.

Ao garantir a permanência das comunidades em seus espaços ancestrais, essas iniciativas reduzem as emissões associadas à conversão de habitats e promovem serviços ecossistêmicos essenciais, como a regulação hídrica, a estocagem de carbono e a preservação da biodiversidade. Além disso, o fortalecimento da governança territorial comunitária tem sido fundamental para prevenir o desmatamento e conter ocupações irregulares, alinhando a luta por direitos com a conservação do meio ambiente e a construção de alternativas sustentáveis para o enfrentamento da crise climática.

Nos biomas Cerrado e da Mata Atlântica, a proteção comunitária de Áreas de Preservação Permanente (APPs), nascentes e matas ciliares tem se consolidado como uma linha de frente na mitigação dos efeitos das mudanças climáticas. Essa atuação se dá, sobretudo, por meio de acordos internos de uso e práticas de vigilância social, que garantem a preservação de mosaicos de vegetação nativa e suas funções ecológicas, como a regulação climática e hídrica.

Na Comunidade de Peixes (MA), por exemplo, a deliberação coletiva sobre o uso de nascentes e APPs convive com um núcleo produtivo agroextrativista, mantendo cerca de 350 hectares sob cobertura vegetal nativa. Essa estratégia evita emissões decorrentes da supressão da vegetação e assegura a regulação hídrica local. Já em contextos de forte pressão, como na comunidade em Saco das Almas (MA), a mobilização comunitária contra o desmatamento, a contaminação por agrotóxicos e a extração ilegal de madeira tem sido essencial para conter perdas florestais e a exposição do solo, fatores críticos para a estabilidade dos ciclos do carbono e da água. Essas experiências demonstram como a gestão territorial quilombola contribui diretamente para a conservação ambiental e a resiliência climática.

O manejo tradicional e o agroextrativismo de baixa emissão constituem pilares recorrentes da sustentabilidade nos territórios quilombolas. A base produtiva centrada em cultivos como mandioca, arroz, milho e feijão, associada a casas de farinha e à rotação sazonal, garante a segurança alimentar com baixo uso de insumos externos, reduzindo a pegada de carbono e preservando paisagens agroflorestais. Essa lógica produtiva é observada em comunidades como Queimadas (CE), Gurugi e Negra de Ipiranga (PB), onde práticas de pequena escala e calendários agrícolas alinhados à sazonalidade hídrica contribuem para limitar as pressões de conversão de áreas naturais.

Em Comunidades costeiras e serranas, como Caçandoca (SP), Campinho da Independência (RJ) e São Pedro (ES), destacam-se atividades como a pesca artesanal, o beneficiamento da mandioca e cadeias culturais vinculadas à cestaria e ao jongo. Essas práticas se articulam a arranjos de turismo de base comunitária de baixo impacto, que valorizam o “bioma em pé” e promovem a geração de renda sem a necessidade de expansão das fronteiras agrícolas. Tais experiências demonstram como os modos de vida quilombolas integram conservação ambiental, cultura e economia sustentável, contribuindo diretamente para a mitigação das mudanças climáticas e a proteção dos ecossistemas locais.

As cadeias produtivas do babaçu, bacuri, buriti e juçara, presentes em territórios quilombolas do Maranhão e de Mato Grosso, configuram economias florestais de baixo impacto que contribuem diretamente para a conservação ambiental. Ao manter a vegetação nativa em pé, essas atividades evitam emissões de gases de efeito estufa associadas à derrubada e queima de áreas naturais, ao mesmo tempo em que geram renda e fortalecem a autonomia econômica das comunidades. Na Comunidade Mutuca (MT), por exemplo, o extrativismo de óleos de babaçu e mamona, aliado à organização por meio de mutirões, tem se mostrado uma alternativa concreta à conservação do Cerrado em monoculturas ou pastagens, preservando a biodiversidade e os modos de vida tradicionais.

Já na Comunidade Mata Cavalo de Cima (MT), a escala territorial identificada, com cerca de 14.622 hectares, revela o potencial de conservação em paisagens de grande extensão, fundamentais para a manutenção de sumidouros de carbono e a proteção de nascentes. Essas experiências demonstram como o extrativismo quilombola, baseado em saberes ancestrais e práticas sustentáveis, pode ser uma estratégia eficaz de enfrentamento às mudanças climáticas, articulando conservação ambiental, segurança alimentar e justiça territorial.

A titulação dos territórios quilombolas e os marcos jurídicos associados têm se consolidado como instrumentos decisivos na agenda climática, ao garantir segurança jurídica da posse e reduzir os vetores de desmatamento e degradação. O caso da Comunidade Campinho da Independência (RJ), titulado em 1999 pelo governo estadual, exemplifica como o reconhecimento pleno do território possibilita o desenvolvimento de economias comunitárias diversificadas, como a agroecologia, a produção para a merenda escolar e o turismo cultural, mantendo remanescentes da Mata Atlântica e promovendo a conservação ambiental aliada à geração de renda.

A consolidação dos direitos territoriais tem se mostrado essencial para a construção de paisagens resilientes e sustentáveis nos territórios quilombolas. Na Comunidade São Pedro (ES), o decreto de desapropriação e o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU), ainda que parciais, oferecem uma base legal para a restauração de Áreas de Preservação Permanente (APPs) e para o enfrentamento de práticas nocivas, como os monocultivos e o uso intensivo de agroquímicos, contribuindo para a mitigação de emissões e a proteção dos recursos hídricos.

Na comunidade Mesquita (GO), decisões judiciais favoráveis à comunidade têm sido fundamentais para resguardar áreas reivindicadas, freando o avanço do desmatamento impulsionado pela especulação imobiliária no entorno do Distrito Federal. A governança comunitária, por sua vez, atua como mecanismo de mitigação indireta ao conter invasões, grilagem, garimpo e desmatamento, vetores de alta emissão por meio de protocolos de proteção a lideranças e monitoramento social, especialmente em comunidades com histórico de conflito, como Mutuca (MT), Mata Cavalo (MT), Saco das Almas (MA), Mesquita (GO) e Caçandoca (SP).

Nesse contexto, as oficinas realizadas pelo Projeto “Fortalecendo a Gestão Territorial e Ambiental Quilombola no Cerrado e Mata Atlântica” (FGTAQ), com destaque para aplicação da (FOFA), que foi se consolidando como ferramenta estratégica para o fortalecimento da gestão comunitária. Utilizando metodologias participativa, essas oficinas promovem o protagonismo das comunidades na identificação de prioridades territoriais e na tomada de decisões estratégicas. A partir dessa abordagem, é possível mapear áreas prioritárias para restauração ambiental, estruturação de uma Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e promoção das cadeias produtivas locais, como o cultivo de cacau, banana, graviola, arroz tradicional, e a produção de farinha, polvilho/beiju e leite, em conformidade com padrões ambientais e sanitários.

Em contextos de eventos climáticos extremos, como na comunidade de Armada (RS), a continuidade produtiva com práticas conservacionistas e a identificação de necessidades de adaptação (drenagem, conservação de solo, proteção de nascentes) têm sido fundamentais para evitar emissões associadas a perdas recorrentes e processos de reconstrução, ao integrar saberes tradicionais com práticas sustentáveis, essas iniciativas fortalecem a autonomia das comunidades e promovem a segurança alimentar.

Por fim, ao integrar conservação ambiental, manejo tradicional e a efetivação dos direitos territoriais, os territórios quilombolas se consolidam como barreiras eficazes à perda de vegetação nativa e como provedores de serviços ecossistêmicos essenciais à mitigação das mudanças climáticas. As experiências descritas ao longo do diagnóstico evidenciam que a proteção de Áreas de Preservação Permanente (APPs), a restauração de zonas ripárias, a manutenção de economias florestais e agroecológicas de baixa emissão, e o ordenamento territorial que freia o avanço do desmatamento e da urbanização descontrolada são práticas concretas que contribuem para a redução de emissões e para a resiliência dos ecossistemas.

Além disso, a governança fundiária comunitária, fortalecida por marcos legais como a titulação e o reconhecimento institucional, estabiliza o uso do território, viabiliza o acesso a políticas públicas e cria condições favoráveis para investimentos climáticos de longo prazo. Quando articulados, esses elementos formam uma estratégia de mitigação ancorada no território, capaz de fortalecer sumidouros de carbono, salvaguardar recursos hídricos e conservar a biodiversidade nos biomas do Cerrado e da Mata Atlântica. As contribuições das comunidades quilombolas, portanto, não apenas reafirmam seus direitos históricos, mas também posicionam seus territórios como protagonistas na construção de soluções sustentáveis e justas para o enfrentamento da crise climática.



PAPEL DA LITIGÂNCIA AMBIENTAL E QUILOMBOLA

Introdução

A litigância ambiental constitui um dos principais instrumentos jurídicos de responsabilização por danos ambientais e de efetivação do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, conforme estabelece o artigo 225 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988). Esse dispositivo consagra o meio ambiente como bem de uso comum do povo e impõe ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

No campo infraconstitucional, a Lei nº 6.938/1981, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), define os instrumentos de gestão ambiental e estabelece a responsabilidade objetiva por danos ao meio ambiente, ampliando as possibilidades de atuação do Ministério Público, da sociedade civil e das comunidades afetadas (BRASIL, 1981).

No plano internacional, o Acordo de Paris (2015) reforça a corresponsabilidade dos Estados na mitigação das mudanças climáticas e na proteção dos ecossistemas, ao reconhecer que o enfrentamento da crise climática exige justiça social e respeito aos direitos humanos (ONU, 2015). Assim, a litigância ambiental se insere em um contexto global de democratização do acesso à justiça ambiental, permitindo que grupos vulnerabilizados acionem o Estado e empresas por violações ambientais e climáticas.

Nessa perspectiva, a litigância ambiental e quilombola emerge como instrumento fundamental de luta política e jurídica para a proteção dos territórios tradicionais quilombola, a reparação de injustiças históricas e a afirmação de um modelo de desenvolvimento sustentável e antirracista.

Perspectiva quilombola

Sob a perspectiva quilombola, a litigância ultrapassa o campo técnico-jurídico e se transforma em um ato de resistência e afirmação de direitos. As comunidades quilombolas são herdeiras de territórios ancestrais constituídos como espaços de liberdade, vida coletiva e produção sustentável. Defender juridicamente esses territórios significa proteger modos de vida que se articulam à biodiversidade, à espiritualidade e à cultura afro-brasileira.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), reconheceu o direito das comunidades quilombolas à propriedade definitiva das terras que tradicionalmente ocupam (BRASIL, 1988). Esse reconhecimento foi regulamentado pelo Decreto nº 4.887/2003, que instituiu o procedimento administrativo de identificação, reconhecimento, delimitação e titulação dos territórios quilombolas (BRASIL, 2003).

Além do marco constitucional, o Brasil é signatário da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que assegura aos povos e comunidades tradicionais o direito à consulta prévia, livre e informada sobre qualquer medida administrativa ou legislativa que os afete, bem como outras garantias como a terra, saúde, Educação etc. (OIT, 1989). No mesmo sentido, diversos instrumentos internacionais de direitos humanos — como a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Afrodescendentes (2022) e o Acordo de Escazú (2018) — reforçam a necessidade de garantir acesso à informação, à participação e à justiça ambiental (ONU, 2018; ONU, 2022).

Os territórios quilombolas estão entre as áreas mais preservadas do Brasil: segundo o MapBiomias (2023), entre 1985 e 2022 a perda de vegetação nativa nessas áreas foi de apenas 4,7%, contra 17% em propriedades privadas. Esse dado evidencia que os saberes tradicionais e o manejo comunitário são fundamentais para a conservação ambiental, reforçando que a autonomia territorial quilombola deve ser reconhecida e fortalecida como parte essencial das estratégias nacionais de sustentabilidade e justiça climática.

De modo complementar, o livro *Mulheres Quilombolas: Territórios de Existências Negras Femininas* (CONAQ; ISA, 2020) destaca que a luta jurídica quilombola é também feminina e comunitária, pois são as mulheres as principais guardiãs das águas, das sementes e das memórias. Essa dimensão de gênero reafirma que a litigância é uma prática de cuidado coletivo e resistência cotidiana, enraizada nas formas de vida e saberes das mulheres negras quilombolas.

Portanto, a litigância quilombola é expressão da luta por justiça ambiental e reparação histórica, afirmando que a preservação ambiental e o direito à terra caminham juntos. Os territórios quilombolas não são apenas espaços produtivos, mas verdadeiros bastiões guardiões de conservação climática e sociobiodiversidade (PORTO-GONÇALVES, 2017).

Eixos de Atuação da Litigância Quilombola

A litigância quilombola ambiental se estrutura em eixos de atuação interligados, que buscam garantir o cumprimento das normas constitucionais e internacionais de proteção aos povos e comunidades tradicionais:

a) Reconhecimento e Titulação dos Territórios Tradicionais

Grande parte das ações jurídicas quilombolas concentra-se na exigência de titulação dos territórios tradicionais, frequentemente ameaçados por mineração, agronegócio, agrotóxicos, empreendimentos energéticos e grandes obras de infraestrutura.

Caso o Estado brasileiro mantenha o atual ritmo de regularização fundiária dos territórios quilombolas serão necessários 2.188 anos para titular integralmente os 1.802 processos abertos no momento no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). A demora do Estado em titular os territórios configura violação de direitos fundamentais, comprometendo a integridade física, cultural e espiritual das comunidades.

b) Proteção dos Modos de Vida e Saberes Ancestrais

Os saberes e práticas tradicionais quilombolas — agricultura de base ecológica, manejo sustentável de florestas e proteção de nascentes — são elementos essenciais da biodiversidade e da sustentabilidade. A litigância busca garantir que políticas públicas e empreendimentos reconheçam e respeitem esses modos de vida, combatendo o racismo ambiental e a invisibilização dos conhecimentos afrodescendentes (CARNEIRO, 2005).

Propostas de Fortalecimento do Jurídico Quilombola

Para que a litigância ambiental e quilombola alcance maior efetividade, é necessário construir mecanismos de fortalecimento institucional, técnico e político que assegurem autonomia jurídica e protagonismo das comunidades. Entre as principais propostas, destacam-se:

1. Criação e Fortalecimento de Mecanismos Jurídicos Específicos para Litígios Climáticos

Elaborar instrumentos legais que reconheçam a especificidade dos litígios climáticos e ambientais envolvendo os quilombos, assegurando a participação direta das comunidades em todas as fases processuais. Isso inclui a criação de protocolos de consulta prévia e o fortalecimento de clínicas jurídicas quilombolas e de assessorias populares (SOUSA JÚNIOR, 2015).

Fortalecer os instrumentos legais já existentes, como o Protocolo de Julgamento com Perspectiva Racial e a Resolução nº 599/2024 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que institui a Política Judiciária Nacional de Atenção às Comunidades Quilombolas, garantindo que esses mecanismos sejam efetivamente aplicados e ampliados. Ao mesmo tempo, é necessário criar e aprimorar legislações que consolidem mecanismos de proteção e reconhecimento das lutas quilombolas, assegurando que o Estado e o sistema de justiça atuem em conformidade com os direitos previstos na Convenção nº 169 da OIT. Nesse sentido, as assessorias jurídicas populares e quilombolas devem ser fortalecidas como espaços legítimos de defesa e representação das comunidades.

Por fim, é essencial que as instâncias públicas respeitem e apoiem os protocolos de consulta e decisão das comunidades quilombolas, sem interferir nos saberes e práticas tradicionais, reconhecendo sua legitimidade e autonomia.

2. Fortalecimento do Sistema de Justiça e Valorização da Advocacia Quilombola

Capacitar defensorias públicas, ministérios públicos e magistrados para o tratamento adequado das causas quilombolas e ambientais, com perspectiva antirracista e intercultural. Garantir o funcionamento de comissões mistas e fóruns de justiça climática, com participação efetiva das organizações quilombolas.

Consolidar redes de advogadas e advogados quilombolas, promovendo formação continuada e apoio institucional. O fortalecimento do jurídico quilombola e da advocacia popular é condição essencial para a construção de uma litigância autônoma. Nesse processo, é fundamental fortalecer iniciativas já existentes, como a Rede Nacional de Advogadas e Advogados Quilombolas (RENAQ) e o Coletivo Joãozinho do Mangal (Coletivo jurídico da CONAQ), que atuam na articulação de estratégias jurídicas coletivas, no fortalecimento da advocacia popular, na incidência política e no advocacy em defesa dos direitos quilombolas e da justiça racial.

3. Fortalecer a incidência internacional e o diálogo com o Sistema Interamericano de Direitos Humanos

O caso do Território étnico Quilombola de Alcântara marcou um precedente histórico, sendo a primeira denúncia apresentada à OIT por violações aos territórios quilombolas, diante da ausência de consulta prévia, livre e informada por parte do Estado brasileiro para a implementação de projetos no território. Além disso, após mais de quatro décadas de luta, em 2024 o Brasil foi condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos pelas violações cometidas contra a comunidade. Esse processo demonstra que o diálogo contínuo com as relatorias e comissões do Sistema Interamericano de Direitos Humanos é uma ferramenta fundamental de incidência e pressão internacional, contribuindo para que o Estado brasileiro cumpra suas obrigações e adote medidas concretas de reparação e proteção dos territórios quilombolas. Por isso, é essencial o fortalecimento da atuação internacional, ampliando a presença e protagonismo quilombola nesses espaços de defesa dos direitos humanos.

Conclusão

A litigância ambiental e quilombola é uma ferramenta de resistência e criação de novos paradigmas de justiça. Ao exigir o cumprimento das normas constitucionais e internacionais, ela reafirma o papel das comunidades quilombolas como sujeitos políticos centrais na defesa do meio ambiente e na luta contra o racismo ambiental.

Defender juridicamente os territórios quilombolas é, portanto, defender o futuro do planeta. É reconhecer que a sustentabilidade e o equilíbrio climático só serão possíveis quando a justiça racial e territorial forem plenamente asseguradas.

Mais do que uma ação nos tribunais, a litigância quilombola representa um projeto coletivo de emancipação. Cada processo, denúncia ou petição traduz uma forma de reivindicar a palavra e o poder de narrar a própria história. Nesse sentido, a litigância quilombola transforma o direito em espaço de disputa simbólica e material, onde se reescrevem as relações entre estado, natureza e quilombos.

A presença e o protagonismo das mulheres quilombolas nesse campo são decisivos. Elas conduzem, com base em seus saberes e práticas ancestrais, uma agenda de defesa territorial que integra cuidado, espiritualidade e autonomia. Conforme destaca a obra *Mulheres Quilombolas: Territórios de Existências Negras Femininas* (CONAQ; ISA, 2020), são as mulheres que sustentam as redes de solidariedade, preservam as sementes crioulas e mantêm a vida nos territórios, reafirmando que a justiça ambiental só é possível quando também se realiza a justiça de gênero e a valorização das epistemologias femininas negras.

Assim, fortalecer a litigância ambiental e quilombola é investir em democracia substantiva e pluralismo jurídico, reconhecendo o direito à diferença como fundamento de um novo pacto civilizatório. Trata-se de um caminho que recoloca o Brasil no horizonte das transformações necessárias para enfrentar a crise climática e o racismo estrutural, sob a condução daqueles que há séculos resistem e produzem vida em meio à adversidade: os povos quilombolas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Diário Oficial da União, Brasília, 2 set. 1981.

BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. Diário Oficial da União, Brasília, 21 nov. 2003.

CARNEIRO, Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CONAQ; ISA – Instituto Socioambiental. Mulheres Quilombolas: Territórios de Existências Negras Femininas. Brasília: CONAQ/ISA, 2020.

MBEMBE, Achille. Políticas da Inimizade. Lisboa: Antígona, 2018.

OIT. Convenção nº 169 sobre Povos Indígenas e Tribais. Genebra: Organização Internacional do Trabalho, 1989.

ONU. Acordo de Paris. Paris: Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, 2015.

ONU. Acordo de Escazú sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Justiça em Assuntos Ambientais na América Latina e no Caribe. Santiago: CEPAL, 2018.

ONU. Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Afrodescendentes. Nova York: Assembleia Geral das Nações Unidas, 2022.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A globalização da natureza e a natureza da globalização. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de. O Direito Achado na Rua: introdução crítica ao direito como liberdade. 9. ed. Brasília: Editora da UnB, 2015.

<https://www.terradedireitos.org.br/noticias/noticias/no-atual-ritmo-brasil-levara-2188-a-nos-para-titular-todos-os-territorios-quilombolas-com-processos-no-incra/23871>

<https://brasil.mapbiomas.org/2023/12/13/territorios-quilombolas-estao-entre-as-areas-mais-pr-eservadas-no-brasil/>